

Trabalhadores com carteira assinada vão poder sacar o FGTS

Governo anuncia Pix de R\$ 5,1 mil

A estimativa inicial é que o benefício alcance cerca de 200 mil famílias, a um custo de R\$ 1,2 bilhão

As famílias que perderam móveis, eletrodomésticos e outros objetos com as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas terão direito a um benefício de R\$ 5.100 concedidos pelo governo federal. O anúncio foi feito na quarta-feira (15) pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, durante visita da comitiva liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Leopoldo do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. Segundo o ministro, a estimativa inicial é que o benefício

alcance cerca de 200 mil famílias, a um custo de R\$ 1,2 bilhão. O procedimento será autodeclaratório e as autoridades vão cruzar dados para confirmar se a área onde a pessoa beneficiada vive está entre as atingidas pelas inundações. Além do Auxílio Reconstrução, como foi batizado o benefício de R\$ 5,1 mil para recuperação de bens, o governo federal anunciou outras medidas para as pessoas que tiveram suas casas destruídas pelas chuvas e enchentes nas áreas urbanas. O número de residências perdidas no estado ainda não foi levantado.

PÁGINA 6

DESORDEM

Ocupação urbana pode ter agravado situação do RS

A tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, que provocaram a morte de quase 150 pessoas até agora, têm levantado diferentes reflexões. Há consenso de que se trata de um evento extremo, sem precedentes, potencializado pelas mudanças climáticas no planeta. Mas quando o assunto é o papel desempenhado pelas atividades econômicas e a ocupação do território, surgem as discordâncias.

PÁGINA 8

ABASTECIMENTO

Mais de 253 mil pontos estão sem luz no RS

Mais de 253.830 residências e pontos comerciais estão sem energia elétrica no Rio Grande do Sul. São 126,8 mil clientes da distribuidora Equatorial Energia (CEEE Equatorial) e 127 mil da Rio Grande Energia (RGE). O boletim de infraestrutura divulgado pelo governo estadual aponta que 136.382 clientes estão sem abastecimento de água tratada fornecido pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

PÁGINA B6

MUDANÇAS



Agência Petrobras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS APROVOU, na manhã de quarta-feira (15), o encerramento antecipado do mandato do presidente Jean Paul Prates. Para o seu lugar, foi nomeada interinamente a diretora executiva de assuntos corporativos, Clarice Coppetti.

PÁGINA 3

BRAZÃO

Conselho de Ética instaura processo de cassação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara aprovou por 16 votos a 1, o parecer de admissibilidade do processo de cassação do deputado federal Chiquinho Brazão, que é acusado de ser o mandante dos assassinatos da vereadora Marielle Franco.

PÁGINA 7

BRASKEM

Relator pede indiciamento da mineradora e mais oito

O relatório final da CPI que investigou a atuação da Braskem em Maceió concluiu que a mineradora cometeu, ao menos, seis crimes, que vão desde a omissão, por não tomar as medidas de prevenção necessárias, como o de lavra ambiciosa.

PÁGINA 7

ABRIGO



Ricardo Stuckert - PR

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA FEZ MENÇÃO À DIVERGÊNCIA DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS entre o governo federal e o governo do Rio Grande do Sul, sob gestão de Eduardo Leite (PSDB). Segundo Lula, quem cuida do dinheiro costuma criar dificuldade para liberar recursos. "Com razão", pontuou.

PÁGINA 6

RECONSTRUÇÃO

Presidente cria secretaria para apoiar o RS

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira, 14, uma Medida Provisória (MP) que cria a Secretaria para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul diante das enchentes que acometem o Estado, que terá como coordenador o ministro da Secretaria de Co-

municação Social (Secom), Paulo Pimenta. Tal Secretaria terá status de ministério. Pimenta afirmou que o governo tem trabalhado "em sintonia" com o governo do Rio Grande do Sul. Segundo ele, Lula o pediu para colaborar com o governo estadual e prefeituras.

PÁGINA 7

RESILIÊNCIA

Campos Neto admite preocupação com IPCA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou na quarta-feira, 15, que os indicadores macroeconômicos seguem consistentes com um cenário de resiliência. "Apesar disso, há preocupação com a inflação de alimentos no curto prazo e com o papel da inflação de serviços".



PÁGINA 2

PIB

IBC-Br registrou queda de 0,34% em março

PÁGINA 2

IBOVESPA 128.027,59 ↓ -0,38%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
JBS ON NM	27.19	+8.11%	+8.11%
MARFRIG ON NM	10.80	+6.30%	+0.64
EMBRAER ON NM	38.97	+5.64%	+2.08
MRV ON NM	7.35	+4.26%	+0.30
ALLOS ON NM	22.13	+3.56%	+0.76

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS ON N2	40.02	-6.78%	-2.91
PETROBRAS PN N2	38.40	-6.04%	-2.47
CVC BRASIL ON NM	2.15	-3.59%	-0.08
SANTANDER BRUNT	28.06	-2.06%	-0.59
AZUL PN N2	10.84	-2.25%	-0.25

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	38.40	-6.04%	-2.47
PETROBRAS ON N2	40.02	-6.78%	-2.91
VALE ON NM	64.44	-0.29%	-0.19
SUZANO S.A. ON NM	50.54	+1.36%	+0.68
ITAUNIBANCO PN N1	33.32	-0.27%	-0.09

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.908,00	+0,88%
S&P 500	5.308,15	+1,17%
NASDAQ	16.742,39	+1,40%
DAX 30	18.869,36	+0,82%
FTSE 100	8.445,80	+0,21%
IBEX 35	11.362,80	+1,10%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,136	5,137	↑ 0,12%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↓ -0,03%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,588	5,589	↑ 0,67%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,510	6,527	↑ 0,89%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 394,98	2.387,8

INUNDAÇÕES

Campos Neto admite preocupação com inflação de alimentos no país

O presidente do BC citou que há um debate sobre a possível transmissão do aperto verificado no mercado de trabalho para salários e preços, especialmente a inflação de serviços e seus impactos

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou na quarta-feira, 15, que os indicadores macroeconômicos seguem consistentes com um cenário de resiliência. "Em relação ao comportamento da inflação, observa-se a manutenção da trajetória de desinflação da inflação cheia ao consumidor", disse durante a Conferência Anual do Banco Central do Brasil, em Brasília, adicionando, porém, que o cenário prospectivo para a inflação se tornou mais "desafiador".

Os dados referentes à inflação corrente, de acordo com ele, se mostraram benignos, tanto na inflação cheia quanto nos núcleos de inflação. Campos Neto ressaltou, porém, que, após uma sequência de surpresas alistas, notou-se o arrefecimento dos núcleos de inflação, embora sigam em níveis acima da meta.

"Apesar disso, há preocupação com a inflação de alimentos no curto prazo e com o papel da inflação de serviços", considerou Campos Neto, acrescentando que as inundações no Rio Grande do Sul, além dos seus impactos humanitários, terão desdobramentos econômicos que requerem acompanhamento.

O presidente do BC citou que há também um debate sobre a possível transmissão do aperto verificado no mercado de trabalho para salários e preços, especialmente a inflação de serviços, e seus impactos na trajetória prospectiva de inflação. "Uma evidência preliminar é a inflação nos serviços intensivos em trabalho, que tem se mostrado

persistente acima do nível compatível com o cumprimento da meta", disse. "Nossa avaliação é que o cenário prospectivo de inflação se tornou mais desafiador, com o aumento das projeções de inflação de médio prazo, mesmo condicionadas em uma taxa de juros mais elevada", continuou.

Campos Neto comentou também que observaram-se surpresas benignas no período recente, mas também elevação das projeções de prazos mais curtos, envolvendo preços livres e administrados. "Além disso, as expectativas de inflação dos agentes de mercado permanecem desancoradas", evidenciou, enfatizando que as projeções para 2024 e 2025, assim como as inflações implícitas, mostraram piora nas últimas leituras.

O BC também tem acompanhado os desenvolvimentos recentes da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária, segundo ele. "O BC reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária."

Assim como já estava na ata publicada na terça-feira, Campos Neto ressaltou que, ainda que as projeções de resultado primário e de trajetória da dívida não tenham se alterado significativamente, observou-se, no período recente, um aumento do prêmio de risco e uma percepção de piora da situação fiscal, de acordo com os agentes que respondem o Questionário Pré-Copom.

Também repetindo o docu-



Fábio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Campos Neto reconheceu que as expectativas de inflação dos agentes de mercado permanecem desancoradas

mento, o presidente do BC disse que, em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) debateu possíveis motivos da recente desancoragem das expectativas de inflação, listando como principais fatores: a piora do cenário externo; os recentes anúncios de política fiscal; e a percepção de agentes econômicos acerca do compromisso da autoridade monetária com o atingimento da meta ao longo dos anos.

"De forma mais relevante, o Copom unanimemente avalia que se deve perseguir a rean-

coragem das expectativas de inflação independentemente de quais sejam as fontes por trás da desancoragem ora observada", afirmou Campos Neto, acrescentando que essa reancoragem é vista como elemento essencial para assegurar a convergência da inflação para a meta.

O presidente do Banco Central disse ainda que, em política monetária, não deve haver discussão sobre centro ou banda da meta de inflação. "O debate de política monetária não deveria falar de centro e banda, nossa meta é 3% e deveríamos pros-

seguir-la", afirmou.

Ele destacou um momento específico da sua fala para fazer apontamentos sobre a última decisão do Copom, que decidiu diminuir o ritmo de corte da Selic e reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual, de 10,75% para 10,50% ao ano. Ele explicou que a ata, divulgada na terça-feira, mencionava as condicionantes para o guidance - em março, o colegiado havia indicado que continuaria com o corte de meio ponto porcentual, o que acabou não ocor-

rendo diante das mudanças de cenário.

"O debate (na reunião do Copom) foi sobre a validação dos condicionantes, a graduação", disse Campos Neto.

Ele pontuou que, no cenário externo, houve o entendimento de que a taxa terminal havia piorado e que no âmbito doméstico, há risco de elevação da inflação de alimentos e também pressão por causa do petróleo. Ele observou que as expectativas, implícitas e as registradas no relatório Focus, vinham piorando.

"Decidimos reconhecer que as expectativas estavam desancoradas, e não com ancoragem parcial", disse. Além dos debates sobre elevação de risco na parte longa da curva de juros, também foram observados pontos sobre a credibilidade do arcabouço fiscal e os impactos na política monetária.

Ele reiterou que o debate no Copom foi centrado em argumentos técnicos e que o entendimento da maioria do colegiado é de que as alterações no cenário foram relevantes para reduzir o ritmo de cortes. Ele acrescentou, ainda, que havia integrantes do grupo que viram motivos para modificar o balanço de riscos do Copom - o que acabou não ocorrendo.

O presidente do BC também reforçou que a reancoragem das expectativas é vista como elemento essencial para convergência da inflação à meta e que o Copom concluiu unanimemente pela necessidade de uma política monetária mais contracionista e cautelosa.

Campos Neto frisou que a conjuntura macroeconômica atual é marcada pelo ambiente externo mais adverso, por causa da incerteza elevada.

PRÉVIA DO PIB

IBC-Br registrou queda de 0,34% em março

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) retraiu 0,34% em março, na série livre de efeitos sazonais. Em fevereiro, a alta havia sido também de 0,34%, de acordo com dado revisado na quarta-feira, 15.

De fevereiro para março, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 148,47 pontos para 147,96 pontos na série dessazonalizada. O resultado é o pior desde dezembro do ano passado, quando pontuou 147,22.

O dado do IBC-Br veio pior que a mediana das expectativas coletadas pela reportagem, de recuo de 0,20% no indicador no mês. No geral, o intervalo aguardado ia de queda de 1,0% a crescimento de 0,60%.

Já na comparação entre os meses de março de 2024 e de

2023, houve retração de 2,18% na série sem ajustes sazonais. Esta série registrou 154,92 pontos no terceiro mês do ano, o segundo melhor desempenho para meses de março da série histórica do BC iniciada em 2003, só atrás dos 158,38 pontos do ano passado.

O indicador de março ante o mesmo mês de 2023 ficou ligeiramente pior que a mediana de queda de 2,15% da pesquisa. As expectativas coletadas no levantamento variavam de retração de 3,70% até elevação de 1,60%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC" para o Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. Atualmente, o BC prevê crescimento de 1,9% para o PIB deste ano, enquanto o

governo projeta avanço de 2,2%.

O Banco Central revisou parte dos dados do IBC-Br na margem, na série com ajuste. O porcentual de fevereiro foi alterado de +0,40% para +0,34% e o de janeiro foi revisado de +0,52% para +0,51%.

No caso de dezembro, o indicador passou de +0,70 para +0,67%. O resultado de novembro passou de +0,08% para +0,04%, enquanto o de outubro permaneceu em -0,01%.

A economia brasileira avançou 1,68% em 12 meses terminados em março. Na série com ajuste sazonal, a alta foi de 1,08% ante os três meses anteriores (outubro a dezembro). Na comparação com o mesmo período de 2023, a elevação no trimestre foi de 1,04% na série sem ajustes sazonais, informou o BC.

Atualmente, o BC prevê crescimento de 1,9% para o PIB deste ano, enquanto o governo projeta avanço de 2,2%.

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 76,825 bilhões em 2024, dado que representa uma melhora em relação ao documento anterior, de abril, cuja estimativa era de rombo de R\$ 78,615 bilhões.

O governo pretende zerar o déficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual de 2024 previsse um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de des-

pesas e receitas divulgado em março revisou o resultado primário para um déficit de R\$ 9,3 bilhões (0,1% do PIB).

Para 2025, a expectativa do mercado piorou, para um déficit de R\$ 87,458 bilhões - no mês anterior, a projeção era de rombo de R\$ 83,450 bilhões. O governo alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB.

Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024. A proposta substituiu o teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Os

gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

O Prisma deste mês revisou para cima as previsões do mercado para as receitas federais em 2024, com a estimativa passando de R\$ 2,588 trilhões para R\$ 2,593 trilhões. Para 2025 a projeção para a arrecadação passou de R\$ 2,732 trilhões para R\$ 2,741 trilhões.

A estimativa para a receita líquida do Governo Central neste ano passou de R\$ 2,103 trilhões para R\$ 2,120 trilhões, enquanto para o próximo ano variou de R\$ 2,222 trilhões para R\$ 2,231 trilhões.

Pelo lado do gasto, a projeção de despesas totais do Governo Central este ano subiu, passando de R\$ 2,179 trilhões para R\$ 2,189 trilhões.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 LL nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ANÁLISE

Conselho da Petrobras aprova fim do mandato antecipado de Prates

O nome de Magda ainda precisa passar por análises internas da empresa. São investigados potenciais conflitos de interesse e preparo para o cargo e, só posteriormente, a indicação deverá ser aprovada

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, na manhã de quarta-feira (15), o encerramento antecipado do mandato do presidente Jean Paul Prates. Para o seu lugar, foi nomeada interinamente a diretora executiva de assuntos corporativos, Clarice Coppetti.

No mês passado, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reconheceu a existência de posições públicas divergentes entre o presidente da companhia e o governo, mas classificou rumores sobre demissão como especulações.

O Ministério de Minas e Energia (MME) indicou a engenheira Magda Chambriard para substituir Prates.

O nome de Magda ainda precisa passar por análises internas da empresa. São investigados potenciais conflitos de interesse e preparo para o cargo. Posteriormente, a indicação de Magda deverá ser aprovada no Conselho de Administração e referendada pela Assembleia dos Acionistas.

Ela é engenheira química e civil e iniciou sua carreira na Petrobras em 1980, tendo sido posteriormente cedida à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2002. Ela ocupou a diretoria geral da ANP entre 2012 e 2016, nomeada pela então presidenta Dilma Rousseff.

O diretor financeiro e de relacionamento com investidores, Sergio Caetano Leite, também foi destituído do cargo pelo Conselho de Administração. Ele era próximo a Jean Paul Prates. Para o seu lugar, foi nomeado interinamente Carlos Alberto Rechelo Neto, atual gerente executivo de finanças.

A demissão de Prates aconteceu um dia após a divulgação do balanço da companhia. A estatal fechou o primeiro trimestre de 2024 com lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões, 37,9% a menos do que há um ano, e 23,7% inferior ao registrado no trimestre imediatamente anterior.

Mas a causa da troca se deve à cobrança por maior velocidade na execução dos projetos anunciados pela empresa, principalmente em relação à encomenda de navios aos estaleiros brasileiros.

Prates foi chamado por Lula ao Palácio sem que a pauta estivesse definida. Reuniu uma série de assuntos que poderiam estar no alvo de atenção de Prates, que foi pego de surpresa pela demissão, ainda que fosse o primeiro encontro dos dois desde a crise em torno do pagamento dos dividendos extraordinários da Petrobras.

Na ocasião, Lula havia deliberado pela retenção dos recursos em reunião com Prates, Costa e Silveira no Palácio do Planalto. Prates, por sua vez, foi a público defender que seria possível distribuir metade dos recursos. A conduta foi reprovada em Brasília, sob a alegação de que houve uma quebra do que havia deliberado o governo.

A não distribuição provocou uma crise com investidores, que tinham a expectativa na direção oposta. Mas Prates também desagradou aos colegas de governo, como o vice-presidente Geraldo Alckmin, Silveira e Costa por não dar soluções rápidas a pedidos para a ampliação da oferta de gás natural mais barato, o que poderia ajudar a dinamizar a economia.

Aliados de Silveira alegam que a gestão de Prates também não apresentou marcas que eram desejadas, como a redu-



Agência Petrobras

Plataforma da Petrobras: a demissão de Prates acontece um dia após a divulgação do balanço da companhia. A estatal fechou o primeiro trimestre de 2024 com lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões

INDICAÇÃO

Bacellar diz que Chambriard tem todas as credenciais para comandar a Petrobras

O coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacellar, disse que a entidade sindical apoia a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Petrobras, ou seja, a demissão de Jean Paul Prates do comando da estatal e a indicação da ex-diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Magda Chambriard para o cargo.

Bacellar afirmou que Chambriard é engenheira aposentada da Petrobras, além de ter passado pela ANP, e tem todas as credenciais para assumir a maior empresa do País sem grandes questionamentos pela governança e pelo Conselho de Administração da estatal. O sindicalista observou ainda que a indicação ainda tem valor pela representatividade feminina.

“O presidente Lula tem capacidade de análise superior à nossa. Ele consegue enxergar a floresta, as correlações de forças existentes nesse imenso Brasil, enquanto nós enxergamos as árvores. A decisão tomada por ele terá o nosso apoio por isso”, disse Deyvid.

O coordenador geral da FUP afirmou ainda que a prioridade é manter a boa relação dos petroleiros com a direção da Petrobras, assim como aconteceu sob Jean Paul Prates, a quem reco-

nece uma gestão de reconquista de direitos dos trabalhadores, do papel da Petrobras na economia e na modernização da estrutura da empresa.

Segundo Bacellar, a ideia é que esse resgate seja mantido sob a gestão de Chambriard, e que mais avanços aconteçam. A executiva teria uma leitura madura do mercado de óleo e gás e da soberania nacional que coaduna com a visão da FUP em vários pontos, de acordo com o sindicalista.

Para Bacellar, é fundamental aumentar o nível de encomendas da companhia à indústria naval brasileira, a fim de gerar emprego e renda, acelerar obras que estavam paradas e foram retomadas sem grande tração na gestão de Prates e seguir no esforço de reestatar refinarias vendidas à iniciativa privada em governos anteriores.

O sindicalista disse ainda que pretende interceder em nome de aposentados para rever a questão dos equacionamentos do fundo de pensão da categoria, o Petros, que leva a descontos mensais que reduzem o poder de compra dos beneficiários.

O coordenador geral da FUP disse que houve avanços “relevantes” na Petrobras na gestão de Jean Paul Prates, que foi demitido da presidência da estatal na terça-feira, 14. O sindicalista

afirmou, no entanto, que a entidade alertou o governo sobre problemas na condução da empresa.

Bacellar destacou a contribuição de Prates às pautas dos petroleiros antes de o ex-senador assumir a companhia, como presidente da frente parlamentar em defesa da Petrobras no Congresso. Foi nessa posição que Prates começou a questionar o acordo da empresa com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que embasou a política de desinvestimentos da companhia nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL). Quando Prates foi alçado à presidência da empresa, a relação com a FUP teria se fortalecido, segundo o sindicalista.

Bacellar elogiou a retomada do diálogo e a reconquista de direitos dos trabalhadores, além do fim da política de paridade de importação para os preços dos combustíveis, do aumento da capacidade de refino e da criação da diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade.

Por outro lado, o coordenador geral da FUP critica a lentidão nas encomendas da estatal à indústria naval brasileira - encaradas pela FUP e pelo governo como forte indutor de emprego e renda -, a demora na retomada e na conclusão de grandes obras e a letargia da

diretoria de Transição Energética na aprovação de projetos. Tais problemas da gestão de Prates foram levados ao Palácio do Planalto, segundo Bacellar.

A Transpetro, subsidiária de transporte da Petrobras, teria demanda de pelo menos 26 novos navios de transporte, enquanto só havia previsão de quatro encomendas no plano estratégico da Petrobras, segundo o sindicalista.

Além disso, houve demora na contratação de prestadores de serviços e fornecedores para obras como a do Gaslub, no Rio, e na retomada da produção de fertilizantes, além de resistências ao aumento ou observância de conteúdo local em projetos. De acordo com Bacellar, os problemas têm origem na diretoria de Engenharia, Tecnologia e Inovação, comandada por Carlos Travassos.

Na diretoria de Transição Energética, comandada por Maurício Tolmasquim, o sindicalista se queixa da falta de projetos efetivos, devido à contrariedade de técnicos da área aos planos de transição do governo para a companhia. Executivos da Petrobras têm dito que a aprovação de projetos novos requer análise demorada e longa apreciação pelas instâncias de governança.

ção do preço dos combustíveis, o que minou o apoio dele dentro do próprio PT. Com o governo sob restrição fiscal, a expectativa de integrantes do partido era que a Petrobras ampliasse sua atuação no campo social e econômico.

Prates é um quadro do PT, mas é considerado um novato no partido. Chegou ao Senado como suplente da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT-RN). Na Petrobras,

recebeu críticas sob reserva de que atuava em prol dos acionistas privados e não comprava brigas do governo.

Lula, segundo relatos, preferiu esperar a poeira baixar para anunciar a retirada dele do cargo. Uma lista de potenciais candidatos chegou a circular, com nomes como o do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. A escolha dele não prosperou, segundo fontes do PT, porque não houve

apoio de Fernando Haddad para a iniciativa - empoderado com o orçamento da Petrobras, Mercadante ficaria grande demais.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), disse acreditar que a situação de Prates havia se estabilizado, mas que não chega a ser uma surpresa a saída dele. “Surpresa não, sempre teve muita discussão ali”, disse.

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou que

Lula deve ter “motivos administrativos” para a demissão de Prates. “É uma decisão do presidente da República. Gosto, sou amigo pessoal do Jean, mas é a maior empresa brasileira. O presidente deve ter seus motivos administrativos para fazê-lo”, disse Lupi, nos bastidores do Congresso Brasileiro do Cooperativismo. O ministro afirmou desconhecer o que motivou a decisão. “Só o presidente pode falar. Da Petrobras, não tenho

essa profundidade de conhecimento”, acrescentou.

Após a divulgação na troca de comando da estatal, os American Depositary Receipts (ADR) da Petrobras inverteram o sinal para queda, no after hours da Bolsa de Nova York (Nyse). Elas fecharam em queda de 7,59%. Na terça, no Ibovespa, as ações da Petrobras caíram 2,74% (ON) e 1,80% (PN), tomando da empresa R\$ 13,2 bilhões em valor de mercado.

DÍVIDA RECUA

JBS registrou lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão no 1º trimestre

A dívida líquida da companhia fechou o primeiro trimestre em R\$ 79,269 bilhões, 4,9% menor ao que havia sido reportado em igual trimestre do ano passado

AJBS encerrou o primeiro trimestre de 2024 com lucro líquido de R\$ 1,646 bilhão, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 1,453 bilhão registrado no igual período de 2023, informou a empresa. A receita líquida foi de R\$ 89,147 bilhões, alta de 2,8% em relação ao primeiro trimestre de 2023, quando havia sido de R\$ 86,684 bilhões. Já o Ebitda ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 197,3%, de R\$ 2,162 bilhões para R\$ 6,429 bilhões. Já a margem Ebitda passou de 2,5% para 7,2%.

A dívida líquida da companhia fechou o primeiro trimestre em R\$ 79,269 bilhões, 4,9% menor ao que havia sido reportado em igual trimestre de 2023, de R\$ 83,343 bilhões. Em dólares, a dívida líquida caiu 3,3% em igual período, de US\$ 16,405 bilhões para US\$ 15,686 bilhões.

Já a alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 3,70 vezes em reais e em 3,66 vezes em dólares, contra 3,13 vezes e 3,15 vezes, respectivamente, um ano antes. O resultado financeiro líquido da empresa ficou negativo em R\$ 1,727 bilhão, contra



JBS: a alavancagem, medida pela relação entre dívida e Ebitda, ficou em 3,70 vezes em reais e em 3,66 vezes em dólares, contra 3,13 vezes e 3,15 vezes um ano antes

um resultado também negativo de R\$ 1,554 bilhão no primeiro trimestre de 2023.

A Biopower começou a operar o primeiro ponto de abastecimento 100% biodiesel (B100)

do Brasil. A empresa é a primeira do país a obter autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para reabastecer os caminhões da JBS.

Localizado no complexo industrial de Lins, no interior de São Paulo, o "bioponto", como é chamado, conta com duas bombas dedicadas exclusivamente ao B100 e tem capaci-

dade para oferecer 30 mil litros de combustível, dos quais 10 mil litros já estão sendo utilizados por mês, conforme regulamentação da ANP, com projeção de expansão de volume

nos próximos meses.

A iniciativa da Biopower visa contribuir para o crescimento do mercado de biodiesel no país, liderando o movimento de ampliação da oferta desse tipo de combustível – alternativa que emite 80% menos dióxido de carbono em comparação ao diesel fóssil.

Segundo Alexandre Pereira, diretor comercial da Biopower, a obtenção da autorização da ANP representa mais um passo significativo para a empresa. "Temos muito orgulho desse avanço porque nos ajuda a avançar ainda mais com o biodiesel como alternativa imediata para a descarbonização da matriz energética brasileira de transportes", comenta.

Considerado um combustível mais limpo, biodegradável e altamente eficiente do ponto de vista ambiental, o biodiesel também demonstrou ser compatível com a tecnologia existente de motores automotivos, conforme indicado por um teste divulgado pela Biopower no início deste ano. O resultado reforça o biodiesel como uma opção prática, sustentável e prontamente disponível para reduzir as emissões relacionadas ao transporte.

Desde o ano passado o combustível vem passando por testes práticos. Um caminhão da fabricante holandesa DAF já utiliza o B100 com o objetivo de comprovar a qualidade do biocombustível como importante substituto para o setor. O caminhão já ultrapassou 120 mil km de utilização.

"Queremos consolidar nosso pioneirismo na ampliação do acesso no Brasil. Ampliaremos cada vez mais nossas parcerias com montadoras para compartilhar amplamente a eficiência que o B100 proporciona em nosso ecossistema de transporte. Tenho certeza que este é apenas o começo de resultados altamente promissores", enfatiza Pereira.

TRAGÉDIA

Passagens para o Rio Grande do Sul poderão ser remarçadas sem custo

Os passageiros que precisarem remarcar voos comprados com destino final para o Rio Grande do Sul não terão que pagar valores adicionais para mudar a data da viagem. Além disso, o reembolso ou crédito por cancelamento de voos com destino final alterado será total, sem cobrança de taxas. O estado passa pela pior tragédia climática de sua história, após fortes chuvas alagarem quase

90% das cidades.

As mudanças estão valendo desde o dia 11 de maio, quando as companhias aéreas foram notificadas pela a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre os procedimentos a serem observados. Novos voos da malha aérea emergencial para o interior do estado começaram a operar esta semana.

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre,

está fechado por tempo indeterminado após ter sido atingido pela enchente no início do mês.

Na semana passada, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) pediu para a Anac flexibilizar as normas para o transporte aéreo de passageiros no Rio Grande do Sul, considerando a excepcionalidade dos aeroportos do estado. A Agência informou que anali-

sou a solicitação e reconheceu que a alteração do contrato de transporte não deverá ter custo adicional para os passageiros.

Segundo a Anac, não haverá custo para remarcação de voos com prazo de até um ano da data original. A opção de reembolso do valor da passagem deve ser oferecida ao passageiro também em dinheiro, e não apenas em crédito para utilização futura.

As empresas aéreas devem se empenhar para, dentro do possível, transportar os passageiros para o aeroporto mais próximo do local de interesse deles. A prioridade de atendimento é para os passageiros com bilhetes já emitidos.

A Anac também determinou que as empresas aéreas identifiquem e priorizem o contato com passageiros que estejam com trecho de retorno pen-

dente, com destino ou origem no Rio Grande do Sul, para que eles definam preferencialmente suas reacomodações. As empresas aéreas também devem buscar identificar casos urgentes e relevantes para fins de priorização do transporte.

A agência reguladora também decidiu pela suspensão imediata da comercialização de passagens aéreas para voos com origem e destino no aeroporto de Porto Alegre. A proibição da comercialização de passagens, que vigorará até nova avaliação pela agência, abrange todos os canais de comercialização, inclusive sistemas que disponibilizam vendas por terceiros, como agências de viagem e outros intermediários que possam comercializar os bilhetes.

SAÚDE E BEM ESTAR

por
Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da Rede de academias da Companhia Athletica.

PROTEÍNAS: O FUNDAMENTO NUTRICIONAL ESSENCIAL

SE PENSARMOS NO NOSSO corpo como uma máquina em construção, as proteínas seriam as peças fundamentais que a mantêm funcionando. Elas são como os tijolos essenciais para a vida. As proteínas são grandes moléculas feitas de pequenas peças chamadas aminoácidos. Esses aminoácidos são como os blocos de construção que nosso corpo precisa para formar e manter tecidos, músculos, enzimas, hormônios e muito mais. Sua importância é enorme, pois estão envolvidas em praticamente todos os processos do nosso corpo. Desde a regulação do nosso metabolismo até o fortalecimento do nosso sistema imunológico, as proteínas desempenham um papel vital. Sem elas, nosso corpo não poderia funcionar adequadamente e nossa saúde ficaria em risco.

O NÚMERO DE PESSOAS QUE consomem proteínas diariamente ao redor do mundo chega a ser impressionante. Aproximadamente mais de 7 bilhões de pessoas dependem desses nutrientes para sua nutri-

ção diária o que ressalta a importância global das proteínas na dieta humana. As proteínas são uma fonte rica em curiosidades. A seda produzida por aranhas é composta por complexo de proteínas: glicina, alanina, serina e tirosina, denominada genericamente por fibroína e nela podemos encontrar uma das substâncias mais resistentes já descobertas, uma verdadeira maravilha da natureza. Da mesma forma a albumina encontrada na clara do ovo, é utilizada como referência para avaliar a qualidade das proteínas em alimentos, demonstrando sua importância não apenas na alimentação, mas também na indústria alimentícia e na pesquisa científica.

A VARIEDADE DAS PROTEÍNAS é notável, elas estão presentes em uma grande quantidade de alimentos desde os mais comuns como carne, peixe e ovos, até produtos lácteos, leguminosas, nozes, sementes e até mesmo em certos vegetais. Cada um oferece um perfil único de aminoácidos, os blocos de construção das

proteínas, tornando fundamental a variedade da nossa alimentação para que podemos receber todos os aminoácidos essenciais. Essa variedade não apenas aumenta o interesse na hora de fazer nossa dieta, mas também assegura que todos os nutrientes necessários estão presentes para manter nossa saúde e bem-estar em dia.

A PRIVAÇÃO DE PROTEÍNAS é uma situação que preocupa e que pode acarretar uma série de consequências negativas para a saúde. Quando não consumimos proteínas em quantidade adequada nosso corpo pode sofrer várias complicações incluindo a perda de massa muscular enfraquecimento do sistema imunológico, dificuldades no crescimento e desenvolvimento e uma série de outros problemas sérios. Em regiões onde a falta de alimentos nutritivos como proteínas, a desnutrição proteica torna-se uma preocupação significativa. Isso pode gerar doenças graves, como o kwashiorkor, que causa inchaço devido a retenção de líquidos e o marasmo,

que leva a uma extrema magreza e fraqueza. Essas condições são preocupantes em lugares onde os recursos são limitados e o acesso a uma dieta balanceada é difícil. É fundamental garantir o consumo adequado de proteínas para manter uma saúde ótima e prevenir esses problemas debilitantes.

AS PROTEÍNAS SÃO DE FATO essenciais para manter nossa saúde e bem-estar em dia. Sua variedade, abundância e relevância apontam a importância central que ocupam na nutrição humana. Para garantir uma dieta equilibrada e criar um estilo de vida saudável é importante ter uma ampla variedade de fontes de proteína em nossa alimentação diária. Ao reconhecer o papel que desempenham as proteínas e garantir seu consumo adequado, estamos fazendo um investimento valioso em nossa saúde a longo prazo. Estamos fortalecendo nosso corpo, promovendo uma maior resistência a doenças e contribuindo para uma qualidade de vida mais elevada.

AJUDA HUMANITÁRIA

UE insta Israel a pôr fim às suas operações em Rafah

Borrell afirmou que a operação está perturbando ainda mais a distribuição de ajuda humanitária em Gaza e provocando mais deslocamentos internos

A União Europeia (UE) instou Israel a pôr fim imediatamente à sua operação militar em Rafah. Segundo comunicado emitido na quarta-feira, 15, pelo Alto Representante do bloco, Josep Borrell, a operação está perturbando ainda mais a distribuição de ajuda humanitária em Gaza e provocando mais deslocamentos internos, exposição à fome e sofrimento humano. "Se Israel continuar a sua operação militar em Rafah, isso colocará inevitavelmente uma forte pressão nas relações da UE com Israel", diz o documento.

"Embora a UE reconheça o direito de Israel de se defender, o país deve fazê-lo em conformidade com o Direito Humanitário Internacional e proporcionar segurança aos civis". O bloco apela a Israel para que se abstenha de agravar ainda mais a já grave situação humanitária em Gaza e reabra o ponto de passagem de Rafah. "Mais de um milhão de civis estão abrigados em Rafah e nos arredores e foram instruídos a evacuar para áreas que, segundo as Nações Unidas, não podem ser consideradas seguras", diz a publicação. "Apelamos a todas as partes para que redobrem os seus esforços para alcançar um cessar-fogo imediato e a libertação incondicional de todos os reféns detidos pelo Hamas", conclui.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou que o país "fará o que tiver de fazer" com relação ao atual conflito com o Hamas. Em entrevista à CNBC, o dirigente indicou que agradece o apoio que recebeu dos Estados Unidos desde o começo da recente guerra, mas que há uma divergência sobre Gaza com o governo americano, especialmente sobre Rafah.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, declarou que



Um menino olha de dentro de uma tenda em Rafah, no sul da Faixa de Gaza: as novas ações militares estão impedindo ainda mais o acesso humanitário

está consternado com a escalada da atividade militar israelense em Rafah e arredores, no sul de Gaza.

Em mensagem transmitida pelo porta-voz da ONU, Stéphane Dujarric, ele afirmou que as novas ações militares estão "impedindo ainda mais o acesso humanitário e agravando uma situação já terrível". Guterres também ressaltou que o Hamas continua "disparando mísseis indiscriminadamente".

Enfatizando que os civis devem ser respeitados e protegidos em todos os momentos, Guterres observou que "para as pessoas em Gaza, nenhum lugar é seguro agora".

O líder da ONU reiterou seu apelo por um cessar-fogo humanitário imediato e à libertação de todos os reféns. Ele também apelou à reabertura imediata da passagem de Rafah e ao acesso humanitário desimpedido em toda Gaza.

A diretora regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, para o Oriente Médio e Norte de África, afirmou que a escalada do confronto em Rafah

e em toda Gaza aprofundou o sofrimento de milhares de crianças.

Adele Khodr lembrou que os menores enfrentam um "pesadelo implacável" há 218 dias e que isso não pode ser aceito como um "dano colateral".

O Unicef ressaltou que na semana passada, começou "uma temida operação militar em Rafah", deslocando mais de 450 mil pessoas para áreas inseguras como Al-Mawasi e Deir al Balah.

Enquanto isso, bombardeios pesados e operações terrestres se espalharam para o norte de Gaza, deixando um rastro de destruição em áreas como o campo de refugiados de Jabalia e Beit Lahia. Pelo menos 64 mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas destruídas.

Adele Khodr disse que "os civis, já exaustos, desnutridos e enfrentando inúmeros eventos traumáticos", agora estão enfrentando um aumento de mortes, ferimentos e deslocamentos "nas ruínas de suas comunidades".

Segundo ela, as próprias

operações humanitárias que se tornaram a única salvação para toda a população estão ameaçadas.

Os principais hospitais do norte de Gaza, incluindo Kamal Adwan, Al Awda e o Hospital Indonésio, encontram-se no fogo cruzado, o que, segundo o Unicef, interrompe a entrega de suprimentos médicos, colocando inúmeras vidas em risco.

De acordo com ONU Mulheres, mais de 150 mil grávidas e lactantes enfrentam condições sanitárias precárias e riscos para a saúde no enclave.

O Escritório da ONU de Coordenação de Assuntos Humanitários, Ocha, informou está trabalhando com parceiros para restaurar os serviços de saúde no Complexo Médico Nasser em Khan Younis, que deverá reabrir nos próximos dias.

O hospital começou a fornecer tratamento de diálise na semana passada a pacientes que já não podem ser tratados no Hospital An Najjar, em Rafah, que deixou de prestar serviços.

O Ocha também informou que na segunda-feira, colonos

israelenses na Cisjordânia atacaram caminhões de ajuda com destino a Gaza. Segundo a agência, "os colonos descarregaram e vandalizaram os veículos no posto de controle de Tarqumiya, perto da barreira de Beit 'Awwa".

No começo da semana houve um novo ataque com fogo contra a sede da Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, em Jerusalém Oriental, realizada por crianças e jovens israelenses. O comissário-geral da Unrwa, Philippe Lazzarini, afirmou que estes ataques "têm que parar".

Na noite de quinta-feira passada, Lazzarini disse que residentes israelenses atearam fogo duas vezes no perímetro da sede da Unrwa, quando funcionários de várias agências da ONU estavam no complexo. Não houve vítimas entre o pessoal da ONU, mas o incêndio causou grandes danos nas áreas exteriores.

O chefe da agência disse que durante o incidente da semana passada uma multidão "acompanhada por homens armados" foi vista fora do complexo gritando "incendeiem as Nações Unidas".

Unicef - Eyad El Baba

INFLAÇÃO

Bolsas da Europa fecham em alta, apoiadas por CPI dos EUA

As bolsas da Europa fecharam em alta na quarta-feira, 15, apoiadas pela publicação de balanços e os dados de inflação dos Estados Unidos em abril. Os números impulsivaram perspectivas de uma postura mais branda do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), cenário que ajudou as bolsas de Londres, Frankfurt e Paris a renovarem seus recordes de fechamento.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,60%, a 524,78 pontos. Em Londres, o FTSE 100 avançou 0,21%, a 8.445,80 pontos. Em Paris, o CAC 40 subiu 0,17%, a 8.239,99 pontos. Em Frankfurt, o DAX teve alta de 0,82%, a 18.869,36 pontos.

Para a Oxford Economics, o dado é um pequeno passo na direção certa, mas não justifica mudanças na previsão de que o Fed só anunciará seu primeiro corte de juros em setembro e outro em dezembro. A consultoria avalia que o Fed está confortável em manter a atual restrição da política monetária, por enquanto, mas prevê que uma redução de juros virá em setembro se a inflação e a economia vierem em linha com suas expectativas.

O integrante do conselho do Banco Central Europeu (BCE), François Villeroy de Galhau disse que o BCE "muito" provavelmente começará a reduzir juros em junho. Em entrevista à RTL, Villeroy de Galhau acrescentou que o BCE está comprometido a reduzir a inflação da zona do euro do atual nível de 2,4% para a meta oficial de 2% até o ano que vem. O banco poderá cortar juros se sua confiança no retorno sustentável da inflação em direção à meta continuar se fortalecendo, reiterou o dirigente Colli Rehn.

A taxa anual de inflação da zona do euro deverá cair em ritmo mais rápido do que projetado anteriormente, uma vez que o crescimento econômico do bloco segue anêmico, e atingir a meta oficial de 2% do BCE em 2025, segundo novo relatório de projeções econômicas da Comissão Europeia publicado nesta quarta.

Da temporada de balanços europeus, Commerzbank e Experian agradaram com seus últimos resultados. A ação do segundo maior banco alemão subiu 5,13% em Frankfurt e a da empresa britânica de gestão de informações e bancos de dados saltou 8,41% em Londres.

Por outro lado, a grife britânica de artigos de luxo Burberry não apenas teve queda no lucro do ano fiscal de 2024, como previu que o primeiro semestre do ano fiscal de 2025 será "desafiador". No mercado inglês, a ação da Burberry tombou 6,10%, arrastando outras tradicionais empresas do ramo de luxo, como as francesas LVMH e Kering, que tinham perdas de cerca de 0,37% e 0,63% em Paris.

Em Milão, o FTSE MIB subiu 0,61%, a 35.366,20 pontos. Em Madri, o Ibex35 avançou 1,10%, a 11.362,80 pontos. Em Lisboa, o PSI teve alta de 0,75%, a 6.971,10 pontos.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única na quarta-feira, 15, com investidores à espera de novos dados da inflação dos EUA, que podem influenciar a trajetória dos juros da maior economia do mundo.

O índice japonês Nikkei teve alta marginal de 0,08% em Tóquio, a 38.385,73 pontos, sustentado por ações do setor de instrumentos de precisão, enquanto o Taiex subiu 0,77% em Taiwan, a 21.147,21 pontos.

Os mercados da China continental, por outro lado, ficaram no vermelho, um dia após os EUA anunciarem tarifas sobre US\$ 18 bilhões em produtos chineses, incluindo aço, veículos elétricos e chips. O Xangai caiu 0,82%, a 3.119,90 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto recuou 0,76%.

TAKEDA

OMS pré-qualifica nova vacina contra a dengue

Uma nova vacina contra a dengue recebeu a pré-qualificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). A TAK-003 é a segunda vacina a ser pré-qualificada pela agência da ONU para combater a doença presente em regiões tropicais e subtropicais.

O imunizante é desenvolvido pela farmacêutica Takeda e é uma vacina viva atenuada que contém versões enfraquecidas dos quatro sorotipos do vírus que causam a dengue.

A OMS recomenda o uso da TAK-003 em crianças de seis a 16 anos de idade em locais com alta carga de dengue e intensidade de transmissão. A vacina deve ser administrada em um esquema de duas doses com um intervalo de três meses entre as doses.

O diretor de Regulamentação e Pré-qualificação da OMS, Rogério Gaspar, afirmou que a pré-qualificação desta vacina é um passo importante na expansão do acesso global às vacinas contra a dengue. Agora, o imunizante é elegível para aquisição pelas agências da ONU, incluindo o Fundo da ONU para a Infância, Unicef, e a Organização Pan-Americana da Saúde, Opas.

Ele adiciona que, com apenas duas vacinas contra a dengue pré-qualificadas até o momento, a OMS espera que mais desenvolvedores se apresentem para avaliação. Assim, será possível garantir que as vacinas cheguem a mais comunidades que lidam com a doença.

A lista de pré-qualificação da OMS também inclui a vacina CYD-TDV contra a dengue, desenvolvida pela Sanofi Pasteur.

A dengue é uma doença transmitida pela picada de um mosquito infectado. Ela pode ser grave e levar a uma complicação potencialmente letal. Estima-se que haja mais de 100 a 400 milhões de casos de dengue no mundo todo a cada ano e que 3,8 bilhões de pessoas vivam em países endêmicos de dengue, a maioria deles na Ásia, na África e nas Américas.

O maior número de casos registrados foi em 2023, com a região das Américas da OMS relatando 4,5 milhões de infectados e 2,3 mil mortes. É provável que os casos de dengue aumentem e se expandam geograficamente devido às mudanças climáticas e à urbanização.

ATENTADO

Premiê da Eslováquia é baleado e levado às pressas ao hospital

O primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, foi baleado e levado de helicóptero a um hospital na quarta, 15. Segundo o seu gabinete, seu estado de saúde é grave. Um suspeito foi preso no local. Quatro tiros teriam sido ouvidos após uma reunião de governo na cidade de Handlová, a 190 km da capital, Bratislava. Um dos disparos atingiu o premiê no abdômen, de acordo com a rede de TV TA3.

Segundo informações do site de notícias eslovaco Aktua, poucas pessoas esperavam do lado de fora do local onde a reunião havia ocorrido. Nenhum deles vaiava ou gritava palavras de ordem contra o governo. Apenas um homem parecia protestar, com um cartaz em mãos.

De acordo com a imprensa local, o autor dos tiros teria 71 anos. A presidente do país, Zuzana Caputová, condenou em nota o "brutal" ataque sofrido por Fico, e lhe desejou uma pronta recuperação.

O primeiro-ministro tcheco, Petr Fiala, também se manifestou, dizendo que a notícia é um "choque". Ele também deseja que o colega se recupere rapi-



O estado de saúde de Fico é grave

damente.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse "condenar fortemente o ataque". A Eslováquia faz parte da União Europeia desde 2004.

Robert Fico foi o mais votado nas eleições gerais de setembro de 2023 na Eslováquia com uma plataforma pró-Putin, contra a ajuda da União Europeia e da Otan à Ucrânia.

A posição da Eslováquia é

importante, já que o país faz parte da Organização Militar do Atlântico Norte, a Otan, aliança militar do Ocidente.

O partido de Fico, o Direção Social-Democracia (Smer-SSD), é mais nacionalista e socialmente conservador, criticando o liberalismo social, que diz ser imposto a partir de Bruxelas.

Fico já deu declarações condenando o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por esses casais. Em questões econômicas, ele é visto como trabalhista, tendo implementado reformas que dão direito a aviso prévio, regras mais rígidas para horas extras e mais poder a sindicatos.

Ele expressou posições anti-imigração de muçulmanos para o país e, em política externa, é visto como pró-Rússia e contra a instalação de bases militares dos EUA na Europa Central.

Fico já havia sido premiê em outros dois períodos, entre 2006 e 2010, e entre 2012 e 2018. Desta última vez, ele renunciou ao cargo ao ser pressionado pela oposição, depois do assassinato de um jornalista que investigava a corrupção em seu governo.

AJUDA

Governo federal anuncia Pix de R\$ 5,1 mil para famílias do RS

Entre as medidas apresentadas, está a compra assistida de imóveis usados. A ideia é que as pessoas que se encaixam na faixa de renda do programa possam buscar, desde já, opções de imóveis à venda

As famílias que perderam móveis, eletrodomésticos e outros objetos com as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas terão direito a um benefício de R\$ 5.100 concedidos pelo governo federal. O anúncio foi feito na quarta-feira (15) pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, durante visita da comitiva liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Leopoldo do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre.

"A ajuda que a gente verbaliza é uma ajuda para pessoas que perderam sua geladeira, seu fogão, sua televisão, seus móveis, seu colchão. Será atestado pela Defesa Civil de cada município, aquela poligonal, aquelas ruas onde as pessoas perderam seus objetos. Essas pessoas terão, de forma rápida, facilitada, via Caixa Econômica Federal, a transferência, nas suas contas, via Pix, de R\$ 5.100", afirmou Costa.

Segundo o ministro, a estimativa inicial é que o benefício alcance cerca de 200 mil famílias, a um custo de R\$ 1,2 bilhão. O procedimento será autodeclaratório e as autoridades vão cruzar dados para confirmar se a área onde a pessoa beneficiada vive está entre as atingidas pelas inundações.

O anúncio do governo faz parte de um pacote de medidas voltadas ao apoio direto à população atingida pela maior catástrofe ambiental da história do Rio Grande do Sul. Ao todo, 449 municípios foram afetados. Até a última atualização, na manhã desta quarta, foram registradas 149 mortes, 108 desaparecidos e mais de 800 pessoas feridas.

Além do Auxílio Reconstrução, como foi batizado o benefício de R\$ 5,1 mil para recuperação de bens, o governo federal anunciou outras medidas para as pessoas que tiveram suas casas destruídas pelas chuvas e enchentes nas áreas urbanas. O número de residências perdidas no estado ainda não foi levantado.

"O presidente Lula está garantindo que as casas que foram perdidas na enchente, aquelas que se encaixam dentro do perfil de renda do Minha Casa Minha Vida, faixas 1 e 2, 100% dessas famílias terão suas casas garantidas de volta pelo governo federal", afirmou Rui Costa.

Pelas regras do programa habitacional, a faixa 1 compreende famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640. Já a faixa 2 abrange famílias com renda entre R\$ 2.640,01 e R\$ 4.400.

Entre as medidas apresentadas, está a compra assistida de imóveis usados. Segundo o ministro Rui Costa, a ideia é que as pessoas que se encaixam na faixa de renda do programa possam buscar, desde já, opções de imóveis à venda nas suas cidades, que serão adquiridos a partir de avaliação da Caixa Econômica Federal.

"Aqueles pessoas que estão em abrigo, seja abrigo oficial ou estão abrigadas em casas de familiares, elas já podem procurar na sua cidade um imóvel à venda que o governo federal, através da Caixa, vai comprar a casa e entregar à pessoa", disse o ministro. A estratégia de reposição de casas em áreas rurais será anunciada posteriormente pelo governo.

Outra opção é a compra de imóveis diretamente das construtoras. O governo também vai abrir editais novos do



O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reúne-se com o Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e anuncia novas medidas de assistência ao Rio Grande do Sul

DEMANDAS

Presidente diz que, quanto mais dinheiro Haddad investir no RS, mais Leite vai pedir

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez menção à divergência de liberação de recursos entre o governo federal e o governo do Rio Grande do Sul, sob gestão de Eduardo Leite (PSDB) Segundo Lula, quem cuida do dinheiro costuma criar dificuldade para liberar recursos. "Com razão", pontuou.

A fala ocorre após Leite ter dito que a negociação com o governo federal sobre a suspensão da dívida do Estado foi "insuficiente". "Quanto mais o ministro da Fazenda, Fernando Haddad achar que está colocando muito dinheiro, mais o Eduardo vai falar: Não dá", disse Lula em evento do governo federal de anúncio de medidas de assistência da gestão relacionadas ao Rio Grande do Sul na quarta-feira, 15. O evento ocorre em São Leopoldo.

"Todo mundo que cuida do dinheiro, ele não quer liberar o dinheiro. Ele vai criar dificuldade, com razão, porque é nas costas dele que vai arrebentar se algo der errado", comentou. "Quem tem que pagar salário sempre acha que é muito. Quem tem que receber sempre acha que é pouco."

Lula ressaltou os anúncios do governo federal e disse que todos que perderam suas casas no Rio Grande do Sul terão imóvel no padrão do Minha Casa, Minha Vida. Na fala, ele citou que o prejuízo do Estado com as enchentes é maior que o custo de obras para preveni-las. Na esteira, ele pontuou que o Brasil "foi desprezado por causa de um incivilizado que chegou à presidência".

O governador do Rio Grande do Sul pediu que o governo federal faça um programa para a manutenção de empregos nos municípios gaúchos que foram afetados pelas enchentes das últimas semanas. Já na área do

Minha Casa Minha Vida a partir de demanda de déficit habitacional apresentada pelas próprias prefeituras, incluindo possibilidade de remodelação de imóveis já existentes para transformação em áreas residenciais.

O governo federal também vai permitir que trabalhadores com carteira assinada possam sacar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nas cidades atingidas, até o valor de R\$ 6.220, independentemente

da vedação legal que limita um intervalo de 12 meses entre um saque e outro, isso para permitir que pessoas que sacaram o FGTS nas enchentes do ano passado, no Vale do Taquari, possam acessar o recurso nas contas novamente.

Também foi anunciada a retirada de leilão de imóveis de pessoas inadimplentes, em financiamentos por meio dos bancos públicos federais. "Nós determinamos que todas as casas

que estavam para leilão, aqui nas cidades atingidas, da Caixa e do Banco do Brasil, vamos retirar do leilão, o governo federal fará a quitação e entregará às famílias que precisam das casas", anunciou o ministro-chefe da Casa Civil.

Beneficiários do seguro-desemprego no Rio Grande do Sul terão direito a duas parcelas adicionais. Além disso, o governo concedeu pausa nos pagamentos de financiamentos

de imóveis por 180 dias, além de carência de 180 dias para novos contratos.

O governo também informou que 21 mil novas famílias foram incluídas no programa Bolsa Família no Rio Grande do Sul. Além disso, as parcelas do pagamento do auxílio serão antecipadas no estado para o próximo dia 17.

Em outro anúncio, Rui Costa confirmou que o primeiro lote de restituições do Imposto de

assistência ao Rio Grande do Sul. De acordo com o ministro, a gestão do presidente Lula criará um instrumental para atender cada situação que o Estado apresenta.

"Nenhuma medida isoladamente vai resolver o problema que estamos enfrentando, que é muito grande, muito monumental. Então, vamos ter que ir acumulando ao longo dos dias", disse.

De acordo com o ministro, o governo federal está fazendo em Brasília uma "espécie de mutirão permanente" para formular propostas ao Estado. De acordo com ele, a previsão é que, a cada semana, sejam anunciadas duas ou três medidas "até haver clareza que já se tem todo um ferramental necessário".

De acordo com o chefe da Fazenda, a área econômica do governo fará uma reunião na quinta, 16, com os bancos públicos, sobretudo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para garantir os empregos das empresas gaúchas. Conforme ressaltou, há uma equipe da pasta que trabalha permanentemente a questão do Rio Grande do Sul, de forma exclusiva.

Haddad citou o acordo que fez com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sobre a dívida do Estado, anunciado no começo da semana. O ministro, contudo, pontuou ser um "pacto provisório".

"Já com o compromisso firmado com o governador de que, qualquer que seja o benefício em relação aos demais Estados, tenha o reatamento no contrato da dívida do Rio Grande do Sul", garantiu Haddad. "Da nossa parte, a unidade em torno disso é um dever que nós vamos abraçar. Não vamos colocar nenhuma diferença acima do interesse do Rio Grande do Sul", disse.

Renda da Pessoa Física (IRPF) será pago no próximo dia 31 de maio para todos os contribuintes do Rio Grande do Sul que fizeram a declaração. O lote tem valor de R\$ 1,1 bilhão.

O presidente Lula chegou ao Rio Grande do Sul pela manhã, em sua terceira visita ao estado desde o início da tragédia. Ele visitou um abrigo público em São Leopoldo e, na sequência, se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.



Lula visita abrigo no Rio Grande do Sul: "todo mundo que cuida do dinheiro, ele não quer"

turismo, o governador pediu para se colocar toda a malha aérea emergencial de forma que os municípios gaúchos não percam atividade turística.

"Estamos fazendo esse pedido e confio que será atendido também pelo governo federal, pela sensibilidade que já foi aqui expressa, pelos ministros e presidente da República, de um programa de atendimento emergencial à manutenção do emprego nesses locais afetados", afirmou Leite, em evento do governo federal de anúncio de medidas de assistência da gestão relacionadas ao Rio Grande do Sul.

No discurso, o governador falou sobre a suspensão por três anos do pagamento da dívida do Estado. Apesar de o pedido do governo gaúcho não ter sido atendido por completo,

COLABORAÇÃO

Presidente cria secretaria de apoio a reconstrução do Rio Grande do Sul

Pimenta afirmou que o governo tem trabalhado “em sintonia” com o governo do Rio Grande do Sul e Lula o pediu para colaborar com o governo estadual e prefeituras na reconstrução do estado

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira, 14, uma Medida Provisória (MP) que cria a Secretaria para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul diante das enchentes que acometem o Estado, que terá como coordenador o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta. Tal Secretaria terá status de ministério.

Pimenta terá que se afastar da chefia da Secom. O jornalista Laércio Portela deve ser o ministro interino da pasta. A previsão inicial é que Pimenta fique no cargo de quatro a seis meses, mas o período pode se estender. Enquanto isso, porém, Pimenta ficará na ponte aérea entre Brasília e Porto Alegre e deve manter a estrutura de seu gabinete no Palácio do Planalto.

O anúncio foi feito na quarta-feira, durante evento do governo federal de anúncio de medidas de assistência da gestão relacionadas ao Rio Grande do Sul. O evento ocorre em São Leopoldo, onde Lula cumpre agenda nesta quarta. No evento, Lula assinou a MP do “Vale Reconstrução” de R\$ 5,1 bilhão.

Ao assinar o termo de posse como secretário da reconstrução do Estado, Pimenta afir-



Ricardo Stuckert - PR

O presidente Lula assinou uma MP que cria a Secretaria para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul, que terá como coordenador o ministro Paulo Pimenta

mou que o governo tem trabalhado “em sintonia” com o governo do Rio Grande do Sul. Segundo ele, Lula o pediu para

colaborar com o governo estadual e prefeituras.

Na cerimônia, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou

que Pimenta ficará no Estado para ajudar a coordenar os trabalhos. “Não será executor das obras, porque cada ministério

fará a sua obra, mas ele terá a função nobre de articular com a sociedade, empresários e prefeitos para fazer as coisas acon-

tecerem aqui”, disse. O ministro da Casa Civil classificou Pimenta como um “homem apaixonado por seu Estado”.

Pimenta é gaúcho e tem sua trajetória política no Rio Grande do Sul. Seu nome é tido como potencial candidato aos cargos majoritários no Estado em 2026. É o ministro do Planalto que mais acompanha as ações em solo gaúcho.

Diante do destaque que o ministro tem tido em relação às ações do governo federal no Estado, o governo do Rio Grande do Sul, sob a gestão de Eduardo Leite (PSDB), recebeu com preocupação seu nome. Na avaliação da gestão estadual, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria apostando na figura política de Pimenta para capitalizar o nome do ministro a algum cargo majoritário no Estado em 2026.

A indicação do ministro da Secom pelo governo federal escancara a divergência entre as gestões Lula e Leite, que está presente desde o início do terceiro mandato do petista.

Apesar de estar sendo exigido um trabalho conjunto entre ambos diante da tragédia no Rio Grande do Sul, a avaliação do entorno dos dois é que isso não deve representar uma aproximação entre os políticos. Com a indicação de Pimenta, então, tal alinhamento se tornou ainda mais improvável.

OMISSÃO

Relator da CPI da Braskem pede o indiciamento da mineradora

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a atuação da Braskem em Maceió concluiu que a mineradora cometeu, ao menos, seis crimes, que vão desde a omissão, por não tomar as medidas de prevenção necessárias, como o de lavra ambiciosa, por extrair maior quantidade de sal-gema do que a segurança das minas permitiriam.

“É importante observar que o crime ambiental de Maceió não começou com um tremor de terra no dia 3 de março de 2018. Trata-se de um crime permanente, cuja consumação perdurou por décadas”, destacou o relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT/SE).

O relator pediu o indiciamento da mineradora e de mais oito pessoas ligadas à Braskem, entre eles diretores, gerentes, engenheiros e técnicos responsáveis da companhia, o que inclui o atual vice-presidente executivo Marcelo de Oliveira Cerqueira. Ouvido na terça-feira (14), ele afirmou desconhecer as ilegalidades praticadas pela Braskem em Maceió.

O relatório do senador Rogério Carvalho, com mais de 760 páginas, deve ser votado na comissão na próxima terça-feira (21). A atuação da mineradora no município levou ao afundamento de cinco bairros, causando o deslocamento forçado de 15 mil famílias.

São imputados à Braskem, aos gestores e técnicos da mineradora, entre outros, crimes como o de poluição, de extração de matéria-prima em desacordo com as obrigações legais e de elaboração ou apresenta-

ção de laudo ou estudo falso ou enganoso, todos previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 1998).

“Maceió é hoje vítima do maior crime ambiental em área urbana do mundo: o afundamento do solo em uma região de 3,6 km² já atingiu diretamente 60 mil pessoas, obrigadas a deixar as suas casas”, disse o senador.

O relator ainda pediu o indiciamento de outras quatro empresas que prestaram serviços para Braskem, realizando laudos sobre a situação do solo dos bairros afundados em Maceió. Os laudos foram considerados falsos pelo relator, servindo para enganar a Agência Nacional de Mineração, responsável pela fiscalização do setor.

“A Braskem sabia da possibilidade de subsidência do solo e mesmo assim decidiu deliberadamente assumir o risco de explorar as cavernas para além das suas capacidades seguras de produção. Além disso, para que pudesse manter a continuidade e o ritmo da extração de sal-gema, inseriu informação falsa em documentos públicos, omitiu dados essenciais de relatórios técnicos e manipulou os órgãos de fiscalização”, afirma o senador.

O relator Rogério Carvalho diz em seu relatório que a ação da empresa só foi possível “devido à ausência deliberada do Estado, que não fiscalizou ou monitorou corretamente a extração de sal-gema em Maceió”.

“Percebemos que as várias violações observadas só puderam ocorrer porque os órgãos regulatórios se omitiram em



Geraldo Magela - Agência Senado

Carvalho: ‘a ação da empresa só foi possível devido à ausência do Estado’

seu dever de fiscalização; concederem e renovaram licenças a partir de relatórios fornecidos ou encomendados pela própria empresa, sem qualquer verificação; ignoraram alertas de especialistas e denúncias da população”, destacou.

O relator sugeriu que houve omissão de gestores, superintendentes e diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), antecessor da ANM, e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

Rogério Carvalho ainda apontou para omissão dos ex-ministros de Minas e Energia Moreira Franco, do governo Michel Temer, e Bento Albuquerque e Adolfo Sachsida, ambos do

governo de Jair Bolsonaro, por não encerrarem a concessão da lavra da Braskem em Maceió.

Porém, no caso dos servidores e agentes públicos, o relator não pediu o indiciamento por concluir que “não foi possível reunir elementos materiais suficientes para imputar responsabilidades penais aos indivíduos, portanto, motivo pelo qual consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação das circunstâncias”.

Em nota, a mineradora diz que “esteve à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito, colaborando prontamente com todas as informações e providências solicitadas. A companhia continua à disposição das autoridades, como sempre esteve”.

BRAZÃO

Conselho de Ética instaura processo de cassação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara aprovou na quarta-feira, 15, por 16 votos a 1, o parecer de admissibilidade do processo de cassação do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que é acusado pelo Procuradoria-Geral da República (PGR) de ser o mandante dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Torres, em 2018. O único voto contrário foi do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ).

O processo de cassação do deputado foi instaurado a partir de representação do PSOL, partido pelo qual Marielle exercia o mandato no Rio de Janeiro. A sigla afirmou no documento apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a perda do mandato é “impositiva” para “evitar que ele utilize do cargo para obstruir a justiça”. O caso é relatado pelo deputado Jack Rocha (PT-ES).

A petista foi escolhida após quatro sorteados desistirem de compor a lista tríplice que define o relator da ação. A defesa do deputado questionou a parcialidade de Jack, mas o presidente do Conselho de Ética, deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA), negou o pedido de novo sorteio para definição da relatoria. A relatoria votou pela admissibilidade do processo: “impõe-se o regular processamento da representação”.

Agora, caberá ao Conselho reunir elementos para embasar o processo. A cassação só ocorre após votação no colegiado e no plenário da Câmara. Os advogados do parlamentar terão 10 dias para apresentar os argumentos de defesa.

No dia 10 de abril deste ano, o plenário da Câmara aprovou, com 277 votos a favor e 129 con-

tra a manutenção da prisão preventiva de Brazão. O deputado está preso desde o dia 24 de março por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A Polícia Federal (PF) também prendeu na mesma data o irmão do parlamentar, Domingos Brazão, que é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

O resultado da votação que manteve Chiquinho Brazão preso foi apertado, com dois grupos competindo para garantir votos em paralelo. De um lado, governistas e ministros do STF pediam para manter Brazão encarcerado; do outro, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PRD-SP) articulavam pela soltura do parlamentar. Eram necessários 257 votos para manter o congressista carioca na cadeia.

“Eu sou inocente. Continuando alegando que vamos provar a inocência”, disse Brazão na quarta-feira, 15, por meio de chamada de vídeo. “Quem olhar o mapa eleitoral, vai ver que eu tenho votos tanto em área de milícia quanto na área de tráfico”, prosseguiu.

De acordo com relatório da PF, divulgado no dia da prisão dos irmãos Brazão, o homicídio de Marielle foi motivado por interesses relacionados à grilagem de terras e à atuação de milícias em Jacarepaguá, reduto eleitoral da família Brazão. Segundo o ex-policial militar Ronnie Lessa, autor das execuções e delator, Marielle estava “atrapalhando os interesses dos irmãos” ao tentar impedir novos loteamentos situados na região. Brazão se manifestou durante a sessão de quarta.

DESMATAMENTO

Ocupação desordenada pode ter agravado a situação do RS

Menegat disse que os planos diretores da cidade foram desestruturados para facilitar a especulação imobiliária e toda a área central foi oferecida para ser privatizada

Em cenários de crise, é comum a busca por causas e responsabilidades. A tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, que provocaram a morte de quase 150 pessoas até agora, têm levantado diferentes reflexões. Trata-se de um evento natural excepcional, impossível de prever e evitar? Ou há um grau considerável de responsabilidade humana pela forma de ocupação do território, desenvolvimento urbano e uso do solo?

A reportagem conversou com especialistas em recursos hídricos, que pesquisam áreas como geologia, agronomia, engenharia civil e ambiental. Há consenso de que se trata de um evento extremo, sem precedentes, potencializado pelas mudanças climáticas no planeta. Mas quando o assunto é o papel desempenhado pelas atividades econômicas e a ocupação do território, surgem as discordâncias.

O geólogo Rualdo Menegat, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é crítico em relação às políticas de planejamento urbano e econômico no estado. O caso de Porto Alegre, para ele, é o mais emblemático de que há uma desorganização generali-

zada do território, causado por um conjunto de atividades econômicas. Por isso, defende que não se pode falar apenas em grande precipitação como causadora da tragédia, mas também de problemas graves de gestão que a potencializaram.

“Os planos diretores da cidade foram desestruturados para facilitar a especulação imobiliária. No caso de Porto Alegre, por exemplo, toda a área central que hoje está inundada no porto, foi oferecida para ser privatizada e ocupada por espigões. Houve um sucateamento do nosso sistema de proteção, como se nunca mais fosse haver inundações”, diz Rualdo.

O desmatamento de vegetação nativa para fins imobiliários também é considerado fator que dificulta o escoamento de água da chuva.

“Há uma ocupação intensiva do solo. Em Porto Alegre, em especial na margem do Guaíba, na zona sul, ainda temos um ecossistema mais perto do que foi no passado, com estrutura de zonas de banhado, matas e morros. Mas essas áreas estão sob pressão da especulação imobiliária. E por causa das políticas de uso intensivo do solo urbano, essas áreas estão sendo expostas, em detrimento da conservação dos últi-



Pessoas são resgatadas da área central de Porto Alegre, que está inundada: o desmatamento dificulta o escoamento

mos estoques ambientais, que ajudam a regular as vazões da água”, analisa Rualdo.

O professor de recursos hídricos da Coppe/UFRJ, Paulo Canedo, pondera que ainda é preciso analisar a situação com mais calma. Mas reforça que o desenvolvimento econômico e social, quando não acompa-

nhado de medidas estruturais e preventivas, facilita inundações.

“Nós temos a convicção de que a chuva foi realmente extraordinária. Mas é claro que o progresso da região trouxe dificuldades de escoamento. Isso é a contrapartida do progresso. Criam-se as cidades, as

atividades econômicas, novas moradias. Mas tem o ônus de impermeabilizar o solo e gerar mais vazão para a chuva”, avalia Paulo Canedo. “Muitas atividades econômicas podem ter sido desenvolvidas de forma não sustentável. Não criaram condições para lidar com esse aumento de impermeabiliza-

ção. Isso é algo que devemos ter em mente quando formos reconstruir o Rio Grande do Sul”.

Outro ponto em discussão é se o investimento em determinadas atividades agrícolas, com consequentes alterações da vegetação nativa, ajudaram a fragilizar os solos e o processo de escoamento da água. Para o geólogo Rualdo Menegat, esse foi um dos elementos que aumentou o impacto das chuvas no estado.

“Grande parte do planalto meridional tem sido intensamente ocupada pelas plantações de soja no limite dos arroios, destruindo a mata auxiliar e os bosques. E também os banhados, que acumulam água e ajudam que ela não ganhe velocidade. O escoamento de água passa a ser muito mais lento e em maior quantidade, porque não há tempo para infiltração”, diz Rualdo.

O agrônomo Fernando Setembrino Meirelles discorda do peso dado à agricultura nas inundações recentes. Ele é professor de recursos hídricos na UFRGS e foi diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2019. Meirelles defende que as atividades agrícolas não foram um fator de importância para a tragédia, que deve ser explicada pela magnitude das chuvas.

“Tivemos muitos deslizamentos em áreas de matas, que já estavam consolidadas. Na região mais alta e preservada do estado, temos milhares de cicatrizes de escorregamento. O solo derreteu, simplesmente perdeu capacidade de suporte por causa da chuva muito intensa. Na região do Vale do Taquari, a gente vê pilhas de árvores que foram arrancadas. Então, a relação da agricultura com esse evento é zero. Ela não é o motor dessa cheia”, diz Fernando Meirelles.

Coneção



POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Visita a hub de desenvolvimento tecnológico

Fernando Montero/Divulgação



No dia 9, último dia da OTC Houston 2024, a Firjan SENAI SESI e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) visitaram as instalações do The Ion District e Greentown Labs. Organizadas com apoio da Câmara de Comércio Brasil Texas (BRATEC), as visitas integram as primeiras ações do recém assinado Protocolo de Intenções entre as duas entidades e marcaram o fim das atividades das delegações na maior feira de tecnologia e energias offshore do mundo. “A troca de experiências com instituições internacionais é um momento de grande aprendizagem para levarmos novas ideias para nossa estratégia de atuação, nesse caso estreitamente relacionados aos nossos institutos de tecnologia”, ressaltou Alexandre dos Reis, diretor executivo da Firjan SENAI SESI. Parte inicial da construção de um distrito voltado para estimular novas ideias e aprimoramento tecnológico, o The Ion e Greentown Labs atuam em conjunto para entregar serviços de apoio ao desenvolvimento de novas soluções tecnológicas.

Integrantes do Oxford Group se reúnem na ACRJ

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) recebeu, no dia 14, os integrantes do Oxford Group, centro de apoio ao desenvolvimento e internacionalização de empresas brasileiras no exterior, e do SeaPort Manatee, localizado no leste do Golfo do México, na Flórida. Os representantes norte-americanos falaram sobre as oportunidades de negócios para empresários fluminenses nos Estados Unidos e as facilidades oferecidas pelo Porto aos empreendedores.

Câmara do Rio discute reforma de São Januário

A primeira audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar que institui a Operação Urbana Consorciada do Estádio de São Januário foi realizada nesta quarta-feira (15) na Câmara Municipal do Rio. A iniciativa foi proposta pela Prefeitura do Rio e cria mecanismos para permitir a revitalização do complexo esportivo e estabelece contrapartidas para a melhoria da região onde se localiza o estádio.

Fiemg realiza evento para debater regulamentação da Reforma Tributária

Sebastião Jacinto Júnior/Fiemg

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) realizou nesta terça-feira (14) uma série de palestras para discutir os artigos presentes no PLP 68/2024, que dispõe da regulamentação da Reforma Tributária aprovada pelo Congresso Nacional no final do ano passado. O evento “Destinchando a Reforma Tributária” foi aberto pela gerente de Assuntos Tributários da FIEMG, Rita Eliza Costa. As palestras foram realizadas no Edifício Albano Franco, mas também foram transmitidas pelo canal da Federação no YouTube, onde o conteúdo está disponível para ser acessado na íntegra.



Fibra-DF sedia evento de apresentação do Programa Brasil Mais produtivo

Uma jornada com quatro etapas. É assim a configuração do programa Brasil Mais Produtivo, apresentado a industriais do Distrito Federal no último dia 9. Em evento na sede da Federação das Indústrias do DF (Fibra), eles puderam conhecer a iniciativa e realizar o cadastro inicial para participação no programa do governo federal, que oferta soluções, capacitações e consultorias com o objetivo de melhorar a competitividade das indústrias brasileiras. O Brasil Mais Produtivo está alinhado às diretrizes da nova política industrial brasileira, lançada pelo governo federal em janeiro, que tem como uma das missões a transformação digital da indústria para ampliar a produtividade.

ACSP fecha parceria com o colégio Dante Alighieri na capital paulista

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) formalizou uma parceria com o Colégio Dante Alighieri, um dos mais tradicionais de São Paulo, que atualmente educa mais de 4 mil alunos e possui uma unidade, dividida em cinco prédios, ao lado da Avenida Paulista. A colaboração visa realizar um intercâmbio com os alunos do Dante para conhecerem e participarem de eventos realizados na ACSP com líderes, como o Fórum dos Jovens Empreendedores.

Visita técnica às experiências de inovação encerram agenda da FNP em Portugal

Divulgação

Chegou ao fim a missão internacional promovida pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) em Portugal. Foram oito dias, nos quais a delegação, formada por 30 pessoas, pode conhecer iniciativas nas áreas de fomento e impulsionamento de startups, políticas de inovação ligadas à educação, mobilidade urbana, gestão metropolitana, meio ambiente e resíduos sólidos. Durante a agenda os brasileiros estiveram com os prefeitos de Aveiro, José Ribau Esteves; Porto, Rui Moreira; Braga, Ricardo Rio, Lisboa, Carlos Moedas e com vice-prefeito de Oeiras, Francisco Gonçalves. “Saber mais sobre as experiências exitosas de Portugal nos estimula a continuar trabalhando”, afirmou o prefeito de Marília/SP, Daniel Alonso.



INSTITUTO D'OR GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

INSTITUTO D'OR DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

CNPJ/MF Nº 08.850.962/0001-41

Main financial table with columns: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, and Notas Explicativas. Includes sub-headers like Ativo Circulante, Passivo e Patrimônio Líquido, Receitas operacionais, etc.

Administrative table with columns: Diretoria Executiva (Helioisa Graça Aranha - Diretora-Presidente, Sandra Saraiva Brito Chimelli - Diretora Administrativa Financeira) and Contabilista Responsável (Cairbar Alves de Freitas - Contador CRC-RJ 069.393/O).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Aos Administradores e Associados Instituto D'Or de Gestão de Saúde Pública - Rio de Janeiro - RJ. 1. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto D'Or de Gestão de Saúde Pública...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DE5D-BBF3-D7AA-08EE.

MLS WIRELESS TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 31.679.022/0001-53

Relatório da administração e Análise dos resultados findo em 31 de dezembro de 2023. Senhores Acionistas, A MLS Wireless Telecomunicações S.A. submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Perfil da Companhia. A MLS Wireless Telecomunicações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas atividades operacionais em 01 de abril de 2019, tem por objeto as atividades de prestação de serviços de telecomunicações, informação e de provedor à rede Internet, destinado ao uso próprio do executante ou à terceiros, em regimes público ou privado, por meio de transmissão de dados, voz e imagem através de fibra ótica, cabo, frequência de micro-ondas, bem como quaisquer outras tecnologias existentes e regulamentadas ou que venham a ser reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

e objetivando a criação de valor para cada uma delas. Nesse sentido, a MLS Telecomunicações adota suas estratégias centradas na evolução do negócio existente com inovações incrementais e iniciativas que melhorem consideravelmente a relação direta com nossos clientes. 2. Cenário Macroeconômico. O desempenho da economia brasileira no primeiro ano do novo governo foi marcado por um desempenho positivo, onde destaca-se o progresso das reformas estruturais e a redução nas incertezas fiscais em função do novo arcabouço fiscal e a aprovação da reforma tributária que apresenta potencial de gerar ganhos de produtividade e melhora no ambiente de negócios. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2023 cotada a R\$ 4,84 (redução de 7,2% comparada com a taxa de encerramento de 2022, que foi de R\$ 5,21). A taxa de inflação oficial divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reduziu de 5,79% em 2022 para 4,62% em 2023, situando-se dentro do intervalo da meta (1,75% a 4,75%). A queda da inflação permitiu ao Banco Central do Brasil, reduzir gradualmente a taxa básica de juros (SELIC), encerrando o ano em 11,75% ao ano (contra 13,75% ao ano, ao final de 2022). Nas contas externas, em 2023, o Brasil registrou superávit na balança comercial de US\$ 98,6 bilhões impulsionada pela safra recorde registrada no ano. Para o ano de 2024 a projeção do PIB segundo o relatório Focus é de um crescimento de 1,77% da economia brasileira, em parte devido a um mercado de trabalho resiliente e seus respectivos efeitos sobre a demanda de serviços e o consumo no varejo em geral.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Receita bruta, Impostos sobre vendas e serviços, ICMS, PIS, COFINS.

Custos e Despesas Operacionais. Custos e despesas operacionais, excluindo a depreciação e amortizações somaram R\$ 7.043 mil um aumento de 15,46% em comparação com o ano anterior (R\$ 6.100 mil), reflexo do aumento da folha salarial em função da convenção coletiva de trabalho, adicionado ao aumento do custo de aquisição dos equipamentos utilizados na prestação do serviço. Resultado Líquido. No ano de 2023, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 161 mil, confirmando a continuidade da sua trajetória de resultados positivos e lucratividade da companhia. EBITDA. O EBITDA da companhia em 2023 foi de R\$ 740 mil. A Margem EBITDA alcançada em 2023 foi de 9,51%.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Lucro operacional, Depreciação e amortização, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Ebitda (A).

Distribuição de Dividendos. A administração da companhia está propondo a distribuição de dividendos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para seus acionistas. Agradecimentos. A administração da MLS Wireless Telecomunicações agradece aos seus colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho no desenvolvimento contínuo e na busca de novos desafios, agradece também pelo apoio de seus Acionistas e do seu Conselho Fiscal.

Balancos Patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include ATIVO Circulante, Não circulante, TOTAL DO ATIVO, PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante, Patrimônio líquido, TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE - para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receita líquida, Custos dos serviços, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, Resultado antes da CSLL e do IRPJ, Lucro do exercício.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC - para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Ajustes de despesas (receitas) que não envolvem recursos de caixa, Variações do capital circulante, Caixa gerado nas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)
1. Contexto operacional: A MLS Wireless Telecomunicações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com suas atividades operacionais iniciadas em 01 de abril de 2019. Tem por objeto as atividades de prestação de serviços de telecomunicações, informação e de provedor à rede Internet, destinado ao uso próprio do executante ou à terceiros, em regimes público ou privado, por meio de transmissão de dados, voz e imagem através de fibra ótica, cabo, frequência de micro-ondas, bem como quaisquer outras tecnologias existentes e regulamentadas ou que venham a ser reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. 2. Resumo das principais políticas contábeis. 2.1 - Declaração de conformidade: As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.2 - Base para elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", bem como, com a Lei 6.404/76, complementada pelas Leis 10.303/2001, 11.638/2007, 11.941/2009 e 12.973/2014. A apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, do exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requeram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado abrangente é igual ao resultado do exercício total. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada, pelos diretores da Companhia, em 29 de abril de 2024. 2.3 - Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas utilizando a moeda principal do ambiente econômico no qual a empresa opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.4 - Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas. 2.5 - Instrumentos financeiros: Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por: (i) Caixa e equivalentes de caixa: Está representado ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; (ii) Contas a receber, fornecedores e contas a pagar: Estão contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. 2.6 - Contas a receber: Contas a receber representam os valores líquidos a receber, por conta dos faturamentos realizados referentes aos acordos em condições contratuais, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos relativos à prestação de serviços da Companhia, menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. 2.7 - Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada de forma linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados e leva em consideração o tempo de vida útil do ativo, conforme legislação vigente. 2.8 - Fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores representam valores a pagar por conta das aquisições realizadas pela Companhia. Está registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos das obrigações da Companhia. 2.9 - Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. 2.10 - Reconhecimento da receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. 2.11 - Tributação: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro real, com alíquotas vigentes no exercício. 3. Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. 4. Caixa e equivalentes de caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Table with 6 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2022, Lucro do exercício, Reserva legal, Reserva para expansão e investimentos, Dividendos propostos, Capital Social, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Lucro do exercício, Reserva legal, Capitalização de reserva, Dividendos propostos, Reserva para expansão e investimentos, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

5. Créditos a receber

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Clientes - duplicatas a receber, (-) PECLD.

Valores que a Companhia possui a receber de seus clientes, residenciais e corporativos, em função da prestação de serviço relativo à sua atividade, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include A vencer, 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 180 dias, 181 a 360 dias, mais de 360 dias, Total.

6. Outros Créditos

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Skynet, Créditos a receber - MLS Wireless (I), Outros adiantamentos.

(I) montante referente aos serviços de arrecadação, repasse e cobrança dos valores a receber de clientes da MLS Telecomunicações S/A realizados pela MLS Wireless S/A ainda não repassados.

7. Imobilizado

Table with 6 columns: Bem, Taxa de depreciação (%), 2022, Adição, Baixa, Depreciação, 2023. Rows include Máquinas e equipamentos, Total do imobilizado, Custo, Depreciação, Total do imobilizado.

8. Fornecedores e outras contas a pagar: O saldo de R\$ 166, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 271, em 2022), refere-se ao montante a pagar aos fornecedores de bens e serviços naquela data.

9. Obrigações tributárias

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include ICMS a recolher, IRPJ a recolher, COFINS a recolher, PIS a recolher, Contribuição social a recolher, Encargos Setoriais (FUST/FUNTTTEL).

10. Dividendos a pagar: O montante de R\$ 123, apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 120, em 2022), refere-se aos dividendos a pagar aos acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Composição acionária

Table with 5 columns: % Participação, 2023, 2022. Rows include MLS Projetos Ltda., Global Management Enterprises Ltd. LLC, Acionistas minoritários, Total dividendos a pagar.

11. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 1.907 mil (R\$ 718 mil, em 2022), totalmente subscrito e integralizado, em 1.907 mil ações, representado por 718.178 (setecentos e dezoito mil e cento e setenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Composição acionária

Table with 5 columns: % Participação, 2023, 2022. Rows include MLS Projetos Ltda., Global Management Enterprises Ltd. LLC, Acionistas minoritários, Total do capital social.

12. Receita líquida

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receita bruta, Receita de prestações de serviços.

(-) Cancelamento e devoluções

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Devolução de mercadoria.

(-) Impostos sobre vendas e serviços

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include ICMS, PIS, COFINS.

13. Custos dos serviços

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Custo com pessoal e encargos, Custos com serviços.

14. Despesas com vendas

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Despesas representação social, Perdas de créditos não liquidados.

15. Despesas administrativas e gerais

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Despesas com pessoal e encargos sociais, Aluguéis e arrendamentos, Serviços de pessoas jurídicas, Despesas gerais.

16. Despesas tributárias

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include ICMS diferença de alíquota, Encargos Setoriais - FUST, Encargos Setoriais - FUNTTTEL, Outros impostos e taxas.

17. Resultado financeiro

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras, Juros ativos, Despesas financeiras, Despesas bancárias, Juros/mora impostos e contribuições.

18. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém as coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, juntamente com a MLS Wireless S.A. 19. Gestão de riscos. a) Risco de taxa de juros: De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de taxa de câmbio: O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. 20. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou e não realizou qualquer evento subsequente que impacte as demonstrações financeiras entre a data de encerramento, 31 de dezembro de 2023 e a data de aprovação destas demonstrações.

Rio de Janeiro, 29/04/2024
Rogerio Passy - Diretor Presidente
Marcio Santos de Carvalho
Contador - CRC/RJ 094047/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. Aos Conselheiros e Diretores da MLS Wireless Telecomunicações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MLS Wireless Telecomunicações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MLS Wireless Telecomunicações S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024. GWM Auditores Independentes - CRC RJ Nº 5.495; Gil Marques Mendes - Contador - CRC RJ Nº 39.363.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DE5D-B8F3-D7AA-08EE.

Table with multiple columns containing legal notices and company information for NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. and Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ/ME nº 02.382.073/0001-10 - NIRE 33.300.167.285 - (Companhia)
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Maio de 2024

ECO-IGUAÇU S/A
NIRE 333.0033203-1 / CNPJ 19.742.714/0001-01
Ata da 6ª AGO e 18ª AGE realizadas em 25/04/2024
1. REALIZAÇÃO: Dia 25/04/2024, às 9h30. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Dispensada, pela presença da sua única acionista.

Reuso Itaboraí S.A.
CNPJ/ME nº 51.321.805/0001-78 - NIRE 33300349791 - (Companhia)
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 29 de abril de 2024

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DE5D-B6F3-D7AA-08EE.

MLS WIRELESS S.A.

CNPJ: 03.629.642/0001-42

Relatório da Administração e Análise dos resultados findo em 31 de dezembro de 2023. Senhores Acionistas, A MLS Wireless S/A submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1 - Mensagem da Administração:** O ano de 2023 foi marcado pela reversão do resultado negativo apresentado em 2022, representando o crescimento e maior rentabilidade do nosso negócio, mesmo diante de um cenário de transição governamental no país. Utilizando as melhores tecnologias de conectividade, atualizamos a estrutura de 245 prédios, que adicionados aos novos rádios com alta capacidade de transferência de dados, permitiu que ao final do ano de 2023, disponibilizássemos em 163 prédios a velocidade de 300 mega agregado, e em 291 prédios a velocidade de 400 mega agregado. A estratégia de ofertar velocidades maiores a toda a base de prédios da MLS nordeste e sul, permitiu que a empresa em 2024, **2 - Cenário Macroeconômico:** O desempenho da economia brasileira no primeiro ano do novo governo foi marcado por um desempenho positivo, onde destaca-se o progresso das reformas estruturais e a redução nas incertezas fiscais em função do novo arcabouço fiscal e a aprovação da reforma tributária que apresenta potencial de gerar ganhos de produtividade e melhora no ambiente de negócios. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2023 cotada

a R\$ 4,84 (redução de 7,2% comparada com a taxa de encerramento de 2022, que foi de R\$ 5,21). A taxa de inflação oficial divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reduziu de 5,79% em 2022 para 4,62% em 2023, situando-se dentro do intervalo da meta (1,75% - 4,75%). A queda da inflação permitiu ao Banco Central do Brasil, reduzir gradualmente a taxa básica de juros (SELIC), encerrando o ano em 11,75% ao ano (contra 13,75% ao ano, ao final de 2022). Nas contas externas, em 2023, o Brasil registrou superávit na balança comercial de US\$ 98,6 bilhões impulsionada pela safra recorde registrada no ano. Para o ano de 2024 a projeção do PIB segundo o relatório Focus é de um crescimento de 1,77% da economia brasileira, em parte devido a um mercado de trabalho resiliente e seus respectivos efeitos sobre a demanda de serviços e o consumo no varejo em geral. Porém, o cenário internacional permanecem as incertezas geopolíticas derivadas da Guerra entre Rússia e Ucrânia, do conflito entre Israel e Hamas e suas ramificações no Oriente Médio, como também os ataques do grupo rebelde Houthis a grandes embarcações que navegam pelo Mar Vermelho, dificultando a logística e incrementando os custos do comércio. Ainda no cenário internacional, é necessário acompanhar o início e o ritmo do processo de redução da taxa de juros pelo Federal Reserve e seus impactos na atividade econômica, e na China, a fraca retomada da economia após o fim das restrições da política de "Covid zero", continua sendo um fator de preocupação. **3 - Desempenho Operacional:** Em 2023, a receita líquida da MLS em 2023 foi de R\$ 11.856 mil, um crescimento de 4,8% em comparação ao ano de 2022 (R\$ 11.315 mil), refletindo a oferta e comercialização de maiores velocidades. Custos e despesas

operacionais, excluindo a depreciação e amortizações somaram R\$ 10.376 mil, uma redução de 2,0% em comparação com o exercício anterior (R\$ 10.585 mil), apesar do impacto do aumento da folha salarial em função da convenção coletiva de trabalho, a companhia apresentou uma redução de 9,83% nos custos operacionais da companhia no ano de 2023, contribuindo significativamente na redução dos custos e despesas operacionais da MLS no exercício. No ano de 2023, a MLS apresentou lucro líquido de R\$ 119 mil, revertendo o resultado negativo apresentado em 2022 (R\$ 470 mil), confirmando a trajetória de resultados positivos e lucratividade da companhia. **EBITDA:** O EBITDA da companhia em 2023 totalizou R\$ 1.419 mil, um aumento de 94,3% em relação ao ano anterior (R\$ 730 mil). A margem EBITDA encerrou o ano de 2023 em 11,97% contra 6,45% em 2022.

	2023	2022
Lucro operacional (antes IRPJ e CSLL)	236	(470)
(+) Depreciação e amortização	162	161
(+) Despesas financeiras	1.300	1.281
(-) Receitas financeiras	(280)	(241)
Ebitda (A)	1.419	730
Receita líquida (B)	11.856	11.315
Margem Ebitda (A/B)x100	11,97	6,45

Agradecimentos: Agradeço o empenho de todos os nossos colaboradores, acionistas, conselheiros e parceiros, que juntos contribuíram para a nossa trajetória de conquistas ao longo de 2023.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	119	(470)
Ajustes de despesas (receitas) que não envolvem recursos de caixa		
Depreciação e amortização	162	161
Imposto diferido no PL	(61)	134
	220	(175)
Varições do capital circulante		
Créditos a receber	(260)	9
Adiantamentos	(14)	41
Impostos a recuperar	277	(86)
Estoque	(67)	(150)
Outros ativos	78	152
Fornecedores	(90)	618
Obrigações tributárias	(654)	248
Obrigações trabalhistas	(953)	366
Parcelamentos fiscais	1.691	(98)
Outras obrigações	63	(32)
	69	1.067
	289	892
Caixa gerado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(741)	(823)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(741)	(823)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos	458	(74)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	458	(74)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6	(5)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa no início do exercício	26	31
Caixa no final do exercício	32	26
	6	(5)

9. Depósitos judiciais: O saldo de R\$ 124 apresentado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 133 em 2022) refere-se aos depósitos realizados em garantia aos processos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Depósito judicial - acordo trabalhista	280	133
Depósito judicial - processos cíveis	54	-
Bloqueio judicial	139	-
Baixa de acordos	(349)	-
	124	133

10. Imobilizado

Bem	Taxa de depreciação (%)	2022	Adição	Baixa	Depreciação	2023
Veículos	20	-	-	-	(152)	693
Máquinas e equipamentos	10	778	67	-	-	-
Equipamentos de computação	20	-	-	-	-	-
Equipamentos de comunicação	20	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	-
Total do imobilizado		778	67	-	(152)	693
Custo		3.594	-	-	-	3.661
Depreciação		(2.816)	-	-	-	(2.968)
Total do imobilizado		778	-	-	-	693

11. Intangível

Bem	Taxa de amortização (%)	2022	Adição	Baixa	Amortização	2023
Marcas e patentes	-	680	4	-	-	684
Licença de uso de software	20	101	-	-	(101)	-
Tecnologia Sistema MLS	-	2.525	670	-	-	3.195
Total do intangível		3.305	674	-	(101)	3.879
Custo		3.305	-	-	-	3.979
Amortização		(90)	-	-	(101)	(191)
Total do intangível		3.215	-	-	-	3.789

A amortização dos softwares é calculada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, tendo sido determinada de acordo com a expectativa de vida econômica estimada.

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores diversos	312	424
Contas a pagar (*)	1.917	1.895
	2.229	2.320

(*) refere-se ao saldo dos valores faturados de clientes da MLS Telecomunicações S.A., ainda não repassados.

13. Obrigações tributárias

	2023	2022
IRPJ a recolher	108	448
IRRF a recolher	190	231
COFINS a recolher	74	208
PIS a recolher	16	30
Contribuição social a recolher	50	175
Retenção 4,65% (PIS, COFINS e CSLL)	1	2
	439	1.094

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2023	2022
Salários a pagar	-	278
Pró-labore a pagar	19	88
Indenizações a pagar	-	7
Pensão alimentícia	2	2
INSS a recolher	205	892
FGTS a recolher	50	45
Provisões para férias	540	476
Provisão INSS s/ férias	143	127
Provisão FGTS s/ férias	42	37
	1.000	1.953

15. Parcelamento fiscais

	2023			2022		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
PGFN - parcelamento	58	-	58	70	52	122
Cofins	37	36	73	60	65	125
CSLL	42	-	42	48	38	86
ICMS	474	-	474	569	427	997
INSS	225	181	406	431	365	796
Parc - 0211000120074970172301	173	446	619	-	-	-
IRPJ	110	-	110	126	99	225
ISS	4	-	4	-	-	-
PIS	164	-	164	7	4	11
Parc - 02110001201184176312373	91	1.042	1.132	-	-	-
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	92	-	92	103	86	189
Parcelamento Lei nº 12.966/2014	53	247	300	50	279	329
IRRF	17	32	49	15	43	58
Parc - 02110001200555502402320	-	397	397	-	-	-
Parcelamento PERT RFB	85	390	475	78	435	513
Parcelamento PERT INSS	35	177	212	32	194	227
Funtel	42	200	242	37	213	250
RFB	538	1.119	1.657	258	631	889
	2.239	4.267	6.506	1.883	2.932	4.815

16. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Empréstimo p/ capital de giro	497	210
Duplicatas descontadas	560	389
	1.057	599

17. Outras obrigações: O saldo de R\$ 73, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10 em 2022), refere-se às perdas prováveis em processos judiciais no decorrer do exercício social de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	Processo	Ação	Autor	Em milhares de Reais	
	Número	Data	Natureza da ação	2023	2022
			Ação de anulação de assembleia geral ordinária e extraordinária.		
	0196922-16.2017.8.19.0001	04/08/2017	Rogério Passy e Global Management Enterprises Ltd. LLC	3	3
	0101186-13.2018.5.01.0057	16/11/2018	Tiago Alves de Almeida	63	-
	0101248-41.2016.5.01.0019	01/08/2016	Ednaldo Bento Marques	7	7
				73	10

18. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 68 totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, representado por 68.426 ações, no valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Composição acionária da MLS Wireless S.A.

Acionista	Nacionalidade	Participação	Valor (R\$)
MLS Projetos Ltda.	Brasileira	67,00%	45
LLC	Delaware - USA	25,00%	17
Minoritários	Brasileiros	8,38%	6
		100%	68

19. Receita líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Receita de prestações de serviços	13.063	12.455
	13.063	12.455
(-) Impostos sobre vendas e serviços		
PIS	(216)	(202)
COFINS	(992)	(938)
	(1.207)	(1.140)
	11.856	11.315

20. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
20.1 - Custos dos serviços		
Custo com pessoal e encargos	(2.394)	(2.195)
Custos com serviços	(1.301)	(1.978)
Custos com serviços de telecomunicações	-	(7)
Transferência p/ estoque	67	150
	(3.628)	(4.029)

20.2 Despesas com vendas: O montante de R\$ 75, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 33, em 2022) refere-se às despesas com representações sociais.

20.3 - Despesa administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas com pessoal e encargos sociais	(3.906)	(3.618)
Aluguéis e arrendamentos	(719)	(643)
Serviços de pessoas jurídicas	(796)	(980)
Despesas títulos/multas/mora	(62)	(8)
Despesas gerais	(464)	(448)
	(5.947)	(5.696)

Balancos Patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022

Balancos Patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Nota	2023	2022	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	32	26	
Créditos a receber	5	2.125	1.864	
Adiantamentos	-	57	43	
Impostos a recuperar	6	246	523	
Estoque	7	796	729	
Não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	8	161	169	
Depósitos judiciais	9	124	133	
Tributos a recuperar	-	1.239	1.300	
Imobilizado	10	693	778	
Intangível	11	3.879	3.215	
Total do Ativo		9.353	8.781	

Passivo + Patrimônio Líquido

	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.229	2.320
Obrigações tributárias	13	439	1.094
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	1.000	1.953
Parcelamentos fiscais	15	2.239	1.883
Empréstimos e financiamentos	16	1.057	599
Não circulante			
Parcelamentos fiscais	15	4.267	2.932
Outras obrigações	17	73	10
Patrimônio líquido			
Capital social	18	68	68
Reserva legal		1.803	1.803
Prejuízos acumulados		(3.823)	(3.881)
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		9.353	8.781

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1 - Informações gerais: (a) **Contexto operacional.** A MLS Wireless S.A. ("Companhia" ou "MLS") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de setembro de 2000, e tem por objeto as atividades de prestação de serviços de valor agregado de telecomunicações (SVA) ao uso próprio do executante ou a terceiros, em regimes público ou privado, por meio de transmissão de dados, voz e imagem através de fibra ótica, cabo, frequência de micro-ondas, bem como quaisquer outras tecnologias existentes e regulamentadas ou que venham a ser reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. O setor de telecomunicações no Brasil é caracterizado por uma acirrada competição marcada pela grande concorrência motivando ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes, e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Porém, esta competição tem caminhado para questões ligadas a qualidade e atendimento, estamos observando a continuidade dessa transição para um novo modelo de competição. (b) **Situação Patrimonial.** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ainda apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$ 1.952 mil (R\$ 2.010 mil em 2022), bem como, capital circul

MLS WIRELESS S.A.
CNPJ: 03.629.642/0001-42

Table with 2 columns: Item and amounts for 2023 and 2022. Includes Despesas tributárias, IPTU, Cofins, etc.

Table with 2 columns: Item and amounts for 2023 and 2022. Includes Máquinas e equipamentos, Licença de uso de software.

Table with 2 columns: Item and amounts for 2023 and 2022. Includes Despesas com bens permanentes, Doações e brindes.

Table with 2 columns: Item and amounts for 2023 and 2022. Includes Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras.

Table with 2 columns: Item and amounts for 2023 and 2022. Includes Despesas financeiras, Despesas bancárias, Juros s/ operações com duplicatas.

22. Contingências de perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um montante de R\$ 22.191 mil (R\$ 22.447 mil, em 2022) apresentado pelos seus assessores jurídicos como perdas em processos judiciais, conforme demonstrativo a seguir:

Table with columns: Processo, Número, Data, Natureza da ação, Autor, Em milhares de Reais (2023, 2022). Lists various legal actions and their values.

23. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração...

Table with columns: Seguradora, Cobertura, Vigência, Valor segurado (2023, 2022). Lists insurance policies and their values.

Rio de Janeiro, 29/04/2024 Rogério Passy - Diretor Presidente

24. Gestão de riscos. a) Risco de taxa de juros: De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de taxa de câmbio: O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio...

Marcio Santos de Carvalho - Contador - CRC/RJ 09407/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. Aos Conselheiros e Diretores da MLS Wireless S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MLS Wireless S.A. ("Companhia")...

conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador...

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 15ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário")...

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

MLOG S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87 - NIRE 33.3.0029745-6 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. O Presidente do Conselho de Administração da MLog S.A. ("Companhia"), sociedade anônima com sede na Rua Lauro Muller 116, salas 2601 e 2608/parte, Botafogo, CEP 22.290-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na forma da Artigo 9º, parágrafo 1º do seu Estatuto Social, convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada no dia 06 de junho de 2024 às 15:00h (horário de Brasília), de forma híbrida, na sede da Companhia e por meio de plataforma digital Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alienação total ou parcial, nos termos de eventual proposta vinculante recebida, das 593.474 (quinhentas e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de junho de 2023; (ii) Na hipótese de rejeição do item (i) da ordem do dia, e caso a Companhia tenha recebido eventual proposta não vinculante, a dilação do prazo por 90 (noventa) dias para que seja apresentada proposta vinculante para aquisição (total ou parcial) das 593.474 (quinhentas e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de junho de 2023; (iii) Na hipótese de rejeição dos itens (i) e (ii) da ordem do dia, a redução de capital social da Companhia em R\$ 166.860.334,70 (cento e sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), com o cancelamento de 593.474 (quinhentas e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias, passando o capital social a ser de R\$ 1.109.332.927,28 (um bilhão, cento e nove milhões, trezentos e trinta e dois mil e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), dividido em 2.306.238 (dois milhões, trezentos e seis mil e duzentas e trinta e oito) ações ordinárias e a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir a redução, caso aprovada; (iv) Autorizar a Administração da Companhia a tomar todas as medidas estritamente necessárias para formalizar as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE ora convocada, inclusive a Proposta de Administração, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e da Resolução CVM 81/22. Os acionistas deverão apresentar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGE, procuração, na hipótese de representação do acionista, bem como deverão informar se irão participar da assembleia por meio da plataforma digital, a fim de que recebam as instruções para credenciamento e participação. Os detentores de ações escriturais ou em custódia deverão depositar cópias do respectivo extrato de titularidade de ações emitido, pelo menos, 2 (dois) dias úteis antes da AGE. Os acionistas devem comparecer à AGE, presencialmente ou através da plataforma digital, munidos de documentos que comprovem sua identidade e, no caso de representação de acionista pessoa jurídica, os documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Para participação na AGE de forma digital o acionista deverá solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, impreterivelmente, até o dia 04 de junho de 2024, por meio do endereço eletrônico ri@mlog.com.br, conforme detalhado no Manual da Administração. Mais detalhes e orientações para o credenciamento e a participação do acionista por meio da plataforma digital estão previstos no Manual da Administração, e podem ser consultados na página da Companhia (www.mlog.com.br) ou na da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 14 de maio de 2024. Luiz Claudio de Souza Alves - Presidente do Conselho de Administração.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A.
CNPJ/MF nº 42.292.007/0001-74
NIRE 33.300.339.566 | Código CVM nº 02714-6

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024
Em 08 de maio de 2024, às 8 horas, na sede social, presentes todos os membros do Conselho de Administração e os diretores Leonardo das Chagas Righetto e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. Presidente: Cláudio Bechara Abduchek; Secretário: Genilson Silva Melo. Ordem do Dia: Eleição da Diretoria da Companhia; Deliberações: Eleitos para mandato unificado de 2 anos: Leonardo das Chagas Righetto, Diretor Presidente; Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Diretores tomarão posse em até 30 dias mediante assinatura dos termos de posse e declarações de desimpedimento. Autorizados os diretores a tomar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações aprovadas. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2024. JUCERJA em 13/05/2024 sob nº 6231363. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral. Sua versão na íntegra está disponível no website: https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0

CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada em 28 de maio de 2024, às 10 horas, para tratar das seguintes matérias: (i) deliberar sobre o aumento de capital da Companhia e a consequente reforma do Estatuto Social; e (ii) deliberar sobre a aprovação de aditamento às escrituras da 9ª, 10ª e 11ª Emissão de Debêntures Simples de Emissão da Companhia no que tange às suas datas de vencimento. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso e as orientações para participação na AGE serão enviados aos Acionistas com até 2 (dois) dias úteis de antecedência.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

EMERGÊNCIA

Mais de 253 mil pontos estão sem luz no Rio Grande do Sul



De acordo com o governo gaúcho estão sem energia elétrica 126,8 mil clientes da distribuidora Equatorial Energia (CEEE Equatorial) e 127 mil da Rio Grande Energia (RGE).

Mais de 253.830 residências e pontos comerciais estão sem energia elétrica no Rio Grande do Sul, de acordo com boletim de infraestrutura divulgado pelo governo estadual na manhã de quarta-feira (15). São 126,8 mil clientes da distribuidora Equatorial Energia (CEEE Equatorial) e 127 mil da Rio Grande Energia (RGE).

O boletim aponta que 136.382 clientes estão sem abastecimento de água tratada fornecido pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), devido às fortes chuvas que caíram no estado desde o fim de abril. O WhatsApp para atendimento das pessoas com falta de água nas torneiras é o (51) 99704-6644.

Sobre os serviços de telefonia e internet, ainda há problemas em seis municípios atendidos pela empresa de telecomunicações Vivo. E há outros dois municípios sem serviços da companhia Claro.

Já o boletim da Defesa Civil estadual sobre as enchentes, divulgado às 9h desta quarta-feira, mostra que mais de 614 mil pessoas ainda estão fora de suas residências, sendo 76.580 em abrigos e outras 538.245 desalojadas.

Foram confirmadas 149 mortes, 108 pessoas desaparecidas e 806 feridas. As inundações e enxurradas impactam 446 municípios do estado e afetaram de maneira direta ou indireta 2.124.553 moradores das cidades gaúchas, o que representa 19,51% do total da população do estado, de 10,88 milhões de habitantes.

O Banco do Brasil vai colocar R\$ 3,5 bilhões em limites de crédito à disposição das prefeituras de cidades do Rio Grande do Sul, para apoiar a reconstrução do Estado após as enchentes das últimas duas semanas. Os recursos serão concedidos através do Programa Eficiência Municipal, e o prazo de pagamento será

de até 12 anos. O banco estenderá a carência para o pagamento a até dois anos, e cobrará taxas reduzidas. As análises para os pedidos de crédito serão feitas caso a caso e terão prioridade.

O BB também enviou ao Estado duas unidades de agências modulares itinerantes, as chamadas BB Móvel, que são utilizadas para dar atendimento em localidades atingidas por desastres. Além disso, a cidade de Severiano de Almeida, a 400 quilômetros da capital Porto Alegre, abriga uma das Carretas Agro do banco, que também está prestando atendimento neste momento.

Até aqui, 49 agências do BB no Estado estão fechadas por efeitos das enchentes, sendo que 14 ainda estão alagadas. O banco tem direcionado os clientes para o atendimento através do aplicativo ou das centrais telefônicas.

Na terça-feira, a presidente

do banco, Tarciana Medeiros, afirmou em nota ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que o banco está empenhado com a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, que vive a maior catástrofe climática de sua história. A executiva cancelou sua ida à Brazil Week, em Nova York, devido aos acontecimentos.

"Continuamos acompanhando de perto a situação e estamos empenhados para que o Rio Grande do Sul possa começar a se reconstruir o quanto antes, com o apoio da sociedade brasileira e internacional", afirma a presidente do BB.

O banco havia anunciado uma série de medidas de postergação de prazos aos clientes, tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas. Além disso, o banco iniciou uma campanha de arrecadação de doações que já ultrapassou os R\$ 60 milhões.

DISTRIBUIÇÃO

Haitianos e venezuelanos denunciam xenofobia em

Os imigrantes haitianos e venezuelanos afetados pelas enchentes que assolam o Rio Grande do Sul (RS) têm relatado casos de xenofobia e discriminação nos abrigos que acolhem as vítimas da catástrofe climática. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) afirma que 46 mil refugiados vivem no estado gaúcho, a maioria de venezuelanos (29 mil) e haitianos (12 mil), seguidos pelos cubanos (1,3 mil).

A presidente da Associação dos Haitianos no Brasil, Anne Milceus Bruneau, trabalha como voluntária em um abrigo da zona norte de Porto Alegre (RS) e contou que a xenofobia é "muito grande", afetando não apenas os haitianos, mas também os venezuelanos.

têm adultos que não estão comendo direito porque a comida está sendo crua", lamentou a haitiana que vive há quase 7 anos no Brasil.

A presidente da Associação que reúne os imigrantes do país caribenho diz ainda que há casos de refugiados recebendo apenas uma escova de dente por família e que o acesso à água estava sendo insuficiente. "Eu fiz esse relato e agora estão liberando um pouco mais de água para eles", disse.

Anne acrescentou que as roupas em piores condições são dadas aos imigrantes. Desodorantes, fraldas e outros materiais de higiene também não estariam sendo distribuídos igualmente entre os desabrigados.

"Quando os imigrantes vão lá pedir uma coisa, às vezes eles dizem que não tem, mas quando vem o representante da associação, ou eu mesma, a gente pede e eles dão para nós e nós entregamos para

os imigrantes", acrescentou.

"Todo mundo é igual nessa situação, não tem de ser preto, branco ou amarelo, todo mundo é igual, porque estamos no mesmo barco", defendeu Anne. A haitiana disse que recebe relatos como esses de diversos abrigos.

A Acnur confirmou que os relatos de casos de xenofobia não são isolados. "Não são relatos pontuais. O que a gente percebe é que nesse primeiro momento, enquanto a água ainda não baixou, a situação tende a se agravar, na medida em que esses espaços de acolhimento seguem de uma forma improvisada, conflitos ou riscos de violações de direitos tendem a aumentar", destacou Silvia Sander, oficial de proteção da Acnur.

centou Silvia.

O estado gaúcho foi o que mais recebeu venezuelanos durante a Operação Acolhida do governo federal. Dos cerca de 100 mil imigrantes que foram transferidos de Roraima (RR) para demais unidades da federação, no processo conhecido como interiorização, cerca de 21 mil foram deslocados para o Rio Grande do Sul.

As fortes chuvas que caem no RS obrigaram 614 mil pessoas a deixarem suas casas no estado, sendo 76 mil em abrigos e outras 538 mil desalojadas, em casas de parentes ou amigos, segundo último boletim da Defesa Civil divulgado ao meio dia de quarta-feira (15).

O Banco Mundial estima que, até 2050, cerca de 17,1 milhões de pessoas serão deslocadas internamente em seus países na América Latina devido às mudanças climáticas, o que representa 2,6% da população latino-americana

SINDICATO DAS EMPRESAS DE CAPTAÇÕES PROMOÇÕES DE VENDAS DE PLANOS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECPLAS-RJ
CNPJ 05.658.284/0001-21

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O Presidente do SECPLAS convoca todos os associados, para participar da AGO/AGE, que se realizará no dia 05/06/2024, na Av. Rio Branco, 125, 15º andar, CEP 20040-006, às 10h em 1ª convocação, e caso não haja quórum, às 11h em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte pauta: I - Prestação de contas da gestão anterior; II - Eleição e Posse para Diretoria e Conselho Fiscal, para Atualização de Dados Perene; III - Aprovação da reforma Estatutária e mudança de endereço da sede, para Atualização Sindical; IV - Autorização para firmar Convenção Coletiva de Trabalho, instaurar Dissídio Coletivo ou responder passivamente, obedecidos os artigos 611 e 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, respeitada a legislação em vigor; V - Autorização para fixar uma Contribuição Patronal Assistencial, necessária à manutenção das atividades sindicais, recolhida de todas as Empresas da Categoria Econômica; VI - Assuntos Gerais. Prazo para registro das chapas no mesmo local da assembleia: 72 horas após a publicação do edital. As decisões tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os efeitos legais. Rio de Janeiro, 13 de maio de 2024. João Carmo da Silveira, Presidente.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ Nº 18.201.378/0001-19 - NIRE Nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 26 de abril de 2024. À CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, JULIANA CRISTINA RODRIGUES CRISCUOLO REBEHY, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 29.815.097-9/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP, apresento minha RENÚNCIA, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleita na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023 às 11h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações adquiridas. Atenciosamente, JULIANA CRISTINA RODRIGUES CRISCUOLO REBEHY. Ciente em: 26/04/2024. CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. Marcio Magalhães Hannas. JUCERJA nº 00006224819 em 08/05/2024 e Protocolo: 2024/00387029-8 em 03/05/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

BANCO ARBI S/A
CNPJ/MF nº 54.403.563/0001-50 - NIRE 3330003066-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os Srs. Acionistas do Banco Arbi S/A ("Sociedade") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará às 10h do dia 22/05/2024, na sede social da Sociedade, situada na Av. Niemeyer, 02, Térreo, parte, Leblon, RJ, CEP: 22.450-220, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a Proposta de aumentar o Capital Social da Sociedade em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), fazendo com que o Capital Social passe de R\$ 62.633.173,87 para R\$ 112.633.173,87, mediante a emissão de 2.419.592.727 novas ações ordinárias, ao valor de R\$ 0,02066 por ação; e (ii) Em virtude do item precedente alterar e consolidar o Estatuto Social de forma a refletir a nova composição do Capital Social (caput do artigo 5º). Ficam os Acionistas, desde já avisados, que terão direito de preferência para subscrição das novas ações. Participação dos Acionistas na Assembleia: Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na Assembleia Geral, deverão apresentar os seguintes documentos: (i) Acionistas pessoa física: cópia do documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com a firma reconhecida do outorgante. Na hipótese de representação por procuração, os Acionistas deverão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, sendo o procurador Acionista, administrador da Companhia ou advogado. Toda a documentação deverá ser entregue no momento da realização da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2024. **Leo Eduardo da Costa Hime - Diretor.**

CETIP Educacional
CNPJ/MF nº 28.719.664/0001-24

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

A Superintendente Geral da Cetip Educacional ("Associação"), de acordo com o disposto nos Artigos 15 e seguintes de seu Estatuto Social, neste ato convoca os associados para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 23 de maio de 2024, às 16h30 ("Assembleia"), excepcionalmente fora de sua sede social, no escritório localizado na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 2º andar, Jardim Paulistano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: • Examinar, discutir e votar acerca das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e • Deliberar sobre o valor patrimonial da cota da Associação, bem como a fixação do valor nominal do título patrimonial, em 31 de dezembro de 2023. Não havendo quórum para instalação às 16h30, as Assembleias serão instaladas, em segunda convocação, com qualquer número de associados, às 17h00, no mesmo local e data. Informamos que os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos associados na sede social da Associação, e que os associados poderão ser representados na Assembleia, ora convocada, por procurador. São Paulo, 15 de maio de 2024. **Tatiana Coimbra Castelo Branco**, Superintendente Geral. (15, 16 e 17/05/2024)

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA
Dexxos Par
CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-6

AVISO AOS ACIONISTAS

A Dexxos Participações S.A. (B3: DEXP3 e DEXP4) ("Companhia") cumprindo com a deliberação aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024 ("AGO"), na qual os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos, informa aos seus acionistas que será pago, em 24 de maio de 2024, os dividendos declarados na AGO, no montante total de R\$36.000.611,84 (trinta e seis milhões, seiscentos e onze reais e oitenta e quatro centavos) em uma única parcela, sendo que: (a) R\$34.275.004,18 (trinta e quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatro reais e dezoito centavos) serão pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias, correspondente à R\$0,38842171586 por ação ordinária; e (b) R\$1.725.607,66 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sete reais e sessenta e seis centavos) serão pagos aos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondente a R\$0,31917727157 por ação preferencial, já descontadas as ações em tesouraria. 1. Estes dividendos serão como base acionária para pagamento os titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia registrados na sua base acionária no dia 29 de abril de 2024, sendo que as ações da Companhia devem ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 30 de abril de 2024. 2. Os acionistas terão seus créditos disponíveis de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia, após o pagamento dos dividendos. 3. Aos acionistas cujo cadastro não contenha a inscrição do número do CPF ou do CNPJ, ou a indicação de Banco/Agência/Conta Corrente, os valores somente serão creditados a partir do 3º (terceiro) dia útil, contado da data da atualização cadastral nos arquivos eletrônicos do Itaú Corretora de Valores S.A., que poderá ser efetuada através de qualquer agência Itaú. 4. Aos acionistas que tiverem as ações depositadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os dividendos serão pagos e repassados por intermédio dos seus agentes de custódia. O Departamento de Relações com Investidores da Companhia está disponível para esclarecer eventuais dúvidas através do seu site (https://www.dexxos.com.br/) e e-mail (dri@dexxos.com.br).

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2024.
DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.
George Abi-Rihan Cordeiro
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE


REAG Investimentos S.A.
 CNPJ: 10.452.416/0001-02

Avviso: As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.reag.com.br/> e <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido															
	Notas	2023	2022	2023	2022	Capital social					Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Não controladores		Total	
						Integralizado	A integralizar	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Outras	Lucros	AAP	Total	Total	Total	Total	Total	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	5	90	867	22.072	7.160								4.511	11.176	41.464	177	41.641	11.176	(6.266)	4.910	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	–	–	113.292	–								–	–	–	–	–	–	–	–	
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	16.284	9.699								–	–	–	–	–	–	–	–	
Contas a receber de clientes	8	–	–	599.591	157.439								–	–	–	–	–	–	–	–	
Impostos a recuperar	9	6.091	43	8.203	94								–	–	–	–	–	–	–	–	
Partes relacionadas	29	29.709	2.656	8.209	1.136								4.011	–	–	–	–	–	–	–	
Dividendos a receber	–	496	496	–	496								–	–	–	–	–	–	–	–	
Outros créditos	9	259.144	4.109	420.759	11.251								–	–	–	–	–	–	–	–	
		295.534	8.171	1.188.410	187.275								–	–	–	–	–	–	–	–	
Reserva de capital	–	–	–	–	–								–	–	–	–	–	–	–	–	
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–								–	–	–	–	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2021						31.961	(1.445)	–	591	5.784	42	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Prejuízo do exercício													–	–	–	–	–	–	–	–	
Outros resultados abrangentes													4.011	–	–	–	–	–	–	–	
Total de resultados abrangentes													4.011	–	–	–	–	–	–	–	
Aumento de capital						168.019	(39.854)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
(-) Gastos com subscrição de ações						–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Transferência para reserva						–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dividendos distribuídos						–	–	–	559	10.058	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2022						200.000	(41.299)	–	1.150	16.401	(42)	–	8.522	–	–	–	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2022						200.000	(41.299)	–	1.150	16.401	(42)	–	8.522	–	–	–	–	–	–	–	
Prejuízo do exercício													–	–	–	–	–	–	–	–	
Outros resultados abrangentes													–	–	–	–	–	–	–	–	
Total de resultados abrangentes													–	–	–	–	–	–	–	–	
Aumento de capital - integralizado (nota explicativa nº 19)						500.000	41.299	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Aumento de capital - integralizar (nota explicativa nº 19)						36.842	(64.199)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Transferência para reserva (nota explicativa nº 19)						–	–	–	73.158	(1.150)	(16.401)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2023						736.842	(64.199)	–	73.158	–	(42)	–	(61.514)	–	–	–	–	–	–	–	
Demonstrações do valor adicionado						Controladora		Consolidado		Demonstrações dos fluxos de caixa											
		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022	
Receitas																					
Recitas de prestação de serviços						–		141.489		86.824		–		–		–		–		–	
Outras receitas						2.127		19		124		–		–		–		–		–	
Total						2.127		19		141.489		86.948		–		–		–		–	
Outros adquiridos de terceiros																					
PIS e COFINS						(87)		(31)		(5.408)		(3.554)		–		–		–		–	
Despesas Administrativas						(6.867)		(3.624)		(74.464)		(25.519)		–		–		–		–	
Valor adicionado bruto						(4.827)		(3.636)		61.617		57.875		–		–		–		–	
Retenções																					
Depreciação e amortização						(1.433)		(17)		(10.102)		(220)		–		–		–		–	
Valor adicionado líquido gerado						(6.260)		(3.653)		51.516		57.655		–		–		–		–	
Valor adicionado líquido em transferência																					
Resultado de equivalência patrimonial						(2.260)		14.418		8.622		(6.607)		–		–		–		–	
Recursos financeiros						1.736		621		351.364		21.593		–		–		–		–	
Valor adicionado total a distribuir (distribuído)						(6.784)		11.386		411.502		72.641		–		–		–		–	
Impostos taxa e contribuições																					
Remuneração direta						–		–		53.925		30.130		–		–		–		–	
Benefícios						20		17		10.283		4.149		–		–		–		–	
FGTS						–		–		926		293		–		–		–		–	
Total						20		17		65.134		34.572		–		–		–		–	
Impostos taxa e contribuições																					
Municipais						–		–		3.058		2.027		–		–		–		–	
Federais						–		–		16		11.291		8.322		–		–		–	
Total						–		–		19		14.349		10.349		–		–		–	
Remuneração do capital de terceiros																					
Aluguéis e condomínios						–		–		6.218		3.887		–		–		–		–	
Despesas financeiras						98.221		174		426.182		18.923		–		–		–		–	
Total						98.221		174		426.400		22.810		–		–		–		–	
Remuneração do capital próprio																					
Lucro (Prejuízo) líquido do período - controladora						(105.025)		11.176		(105.025)		11.176		–		–		–		–	
Lucro (Prejuízo) líquido do período - consolidado						–		–		10.645		(6.266)		–		–		–		–	
Total						(105.025)		11.176		(94.379)		4.910		–		–		–		–	
Valor adicionado total a distribuir (distribuído)						(6.784)		11.386		411.501		72.641		–		–		–		–	
Demonstrações dos resultados abrangentes																					
		Notas		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022			
Lucro líquido (Prejuízo) do período																					
Ajustes avaliação patrimonial						(105.025)		11.176		(94.379)		4.910		–		–		–		–	
Efeitos tributários - diferido						19.e		(70.036)		4.011		(70.036)		4.011		–		–		–	
Outros resultados abrangentes						–		–		–		–		–		–		–		–	
Subtotal						(70.036)		4.011		(70.036)		4.011		–		–		–		–	
Total do resultado abrangente do exercício						(175.061)		15.187		(164.415)		8.921		–		–		–		–	
Atribuídos aos acionistas:																					
Controladores						–		–		(175.061)		15.187		–		–		–		–	
Não controladores						–		–		10.645		(6.266)		–		–		–		–	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

comerciais. A finalização da operação ocorreu em 25 de abril de 2023 com a formalização do primeiro aditivo e termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, por meio do qual ficou estabelecido que a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por cento) ao ano, desde que aprovadas pelo veículo, com o primeiro desembolso em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Fechamento e o remanescente em até 36 (trinta e seis) meses contados da presente data ("Valor Compromisso"). Em contrapartida, a Companhia fará jus (adicionalmente às participações resultantes da Compra de e Venda de Ações e Subscrição de Ações, previstas nas Cláusulas 1.1 e 1.2, respectivamente) de até 25,66% (vinte e seis vírgulas sessenta e seis por cento) do capital social da Condocash, calculados de forma proporcional com base no valor disponibilizado. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade. (d) **Qista Holding Financeira S.A.:** Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% do Fochamento, a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por cento) ao ano, desde que aprovadas pelo veículo, com o primeiro desembolso em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Fechamento e o remanescente em até 36 (trinta e seis) meses contados da presente data ("Valor Compromisso"). Em contrapartida, a Companhia fará jus (adicionalmente às participações resultantes da Compra de e Venda de Ações e Subscrição de Ações, previstas nas Cláusulas 1.1 e 1.2, respectivamente) de até 25,66% (vinte e seis vírgulas sessenta e seis por cento) do capital social da Condocash, calculados de forma proporcional com base no valor disponibilizado. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade. (e) **Qista Holding Financeira S.A.:** Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% do Fochamento, a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por cento) ao ano, desde que aprovadas pelo veículo, com o primeiro desembolso em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Fechamento e o remanescente em até 36 (trinta e seis) meses contados da presente data ("Valor Compromisso"). Em contrapartida, a Companhia fará jus (adicionalmente às participações resultantes da Compra de e Venda de Ações e Subscrição de Ações, previstas nas Cláusulas 1.1 e 1.2, respectivamente) de até 25,66% (vinte e seis vírgulas sessenta e seis por cento) do capital social da Condocash, calculados de forma proporcional com base no valor disponibilizado. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade. (f) **Qista Holding Financeira S.A.:** Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% do Fochamento, a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por cento) ao ano, desde que aprovadas pelo veículo, com o primeiro desembolso em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Fechamento e o remanescente em até 36 (trinta e seis) meses contados da presente data ("Valor Compromisso"). Em contrapartida, a Companhia fará jus (adicionalmente às participações resultantes da Compra de e Venda de Ações e Subscrição de Ações, previstas nas Cláusulas 1.1 e 1.2, respectivamente) de até 25,66% (vinte e seis vírgulas sessenta e seis por cento) do capital social da Condocash, calculados de forma proporcional com base no valor disponibilizado. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade. (g) **Qista Holding Financeira S.A.:** Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% do Fochamento, a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por cento) ao ano, desde que aprovadas pelo veículo, com o primeiro desembolso em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Fechamento e o remanescente em até 36 (trinta e seis) meses contados da presente data ("Valor Compromisso"). Em contrapartida, a Companhia fará jus (adicionalmente às participações resultantes da Compra de e Venda de Ações e Subscrição de Ações, previstas nas Cláusulas 1.1 e 1.2, respectivamente) de até 25,66% (vinte e seis vírgulas sessenta e seis por cento) do capital social da Condocash, calculados de forma proporcional com base no valor disponibilizado. Em 31 de dezembro de 2023 a REAG Investimentos S.A. possui 19,98% do capital da Sociedade. (h) **Qista Holding Financeira S.A.:** Em 13 de maio de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Com esta aquisição a Companhia passa a deter 49% do Fochamento, a Companhia compromete-se a financiar, direta ou indiretamente, através de veículos próprios ou geridos pelo Grupo, operações originadas pela Condocash, referente exclusivamente a créditos data e condomínios com taxa máxima de retorno de 20% (vinte por

ACHÉ Laboratórios Farmacêuticos S.A.

CNPJ/ME nº 60.659.463/0029-92 - NIRE 35.300.059.425

Ata de Assembleia Geral Ordinária
Realizada no dia 08 de abril de 2024, às 9h00, na sede social do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (ACHÉ) e/ou em "plataforma", localizada na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros, CEP: 05426-100. 2. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no art. 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações), para participação na totalidade dos Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo presidente do Conselho de Administração Raul Calfat e a presidido pelo Vice-Presidente Geraldo José Carbone, secretários pelo Francisco Luiz Malena. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) ratificação da alteração do veículo de comunicação e aprovar o relatório e as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixação do limite de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024; e (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 5. **Deliberações:** Após proposta e aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, "a" e "b" da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o seguinte: 5.1. **Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.** Preliminarmente, foi deliberada a ratificação da alteração do veículo de comunicação para o Diário Comercial. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram devidamente publicados no Diário Comercial em sua respectiva edição de 29 de março de 2024. Analisada a matéria, concluíram os Acionistas, por unanimidade, pela aprovação integral e sem ressalvas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 5.2. **Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.** I. Os Acionistas aprovaram a proposta da Administração da Companhia para que o lucro líquido ajustado do exercício, no montante de **RS12.423.768,68** (doze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), seja destinado para pagamento de dividendos, justos sobre capital próprio e constituição de reserva de lucro da forma como segue: a) **RS177.684.195,49** (cento e setenta e sete milhões, seiscientos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove centavos), em valor bruto, destinados para pagamento de juros sobre o capital próprio e para cálculo sobre o patrimônio líquido do balanço da companhia com saldo líquido de **RS15.103.566,16** (quinze milhões, trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis centavos) em 31 de dezembro de 2023, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 20.12.2023; b) **RS91.652.629,33** (noventa e um milhões, seiscientos e cinquenta e dois mil, seiscientos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) referente ao pagamento do lucro líquido de **RS65.000.000,00** (sessenta e cinco milhões) ocorrido em 26.12.2023, o saldo de **RS26.652.629,33** (vinte e seis milhões, seiscientos e cinquenta e dois mil, seiscientos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) valores em recolhimentos de IRRF ocorridos entre dezembro de 2023; a.2) **RS86.031.566,16** (oitenta e seis milhões, trinta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos) referente ao saldo líquido remanescente a ser pago até 31.12.2024. O montante bruto dos juros sobre capital próprio declarado se sujeitará à tributação pelo imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento). Assim o valor líquido de juros sobre o capital próprio representará um total de **RS15.103.566,16** (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), do total de **RS15.103.566,16** (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos). O montante bruto dos juros sobre capital próprio declarado se sujeitará à tributação pelo imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento). Assim o valor líquido de juros sobre o capital próprio representará um total de **RS13.103.511,32** (treze milhões, trezentos e sessenta e onze mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) a ser distribuído aos Acionistas e a usufruária das ações da Família Sialuus (usufruto econômico - 10% das ações da Família Sialuus), referente ao exercício de 2023, a serem pagos conforme ajustado abaixo no item III. c) **RS12.044.445,51** (doze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco centavos) destinados para a Reserva de Subvenção para Investimentos - **Sudene**. d) **RS281.713.808,07** (duzentos e oitenta e sete milhões, setecientos e traze mil, oitocentos e oito reais e sete centavos) destinados a Reserva para subvenção governamental. II. **Atos continuados**, os Acionistas aprovaram a recomendação do Conselho de Administração sobre a destinação e retenção de lucros para investimentos. Os lucros não distribuídos da forma como segue: a) **RS342.616.274,81** (trezentos e quarenta e dois milhões, seiscientos e dezesseis mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) destinados a Reserva de lucros para investimentos em imobilização para Reserva de lucros não distribuídos, sendo: a.1) **RS50.646.742,01** (cinquenta milhões, seiscientos e quarenta e seis mil, seiscientos e quarenta e seis centavos) e um centavo destinados para constituição de Reserva para subvenção governamental; a.2) **RS200.179.737,17** (duzentos milhões, cento e setenta e nove mil, seiscientos e trinta e sete centavos) e sete centavos a serem destinados para constituição do pagamento de Dividendos de 2023, conforme fluxo definido abaixo; e a.3) **RS91.789.796,53** (noventa e um milhões, seiscientos e oitenta e nove mil, seiscientos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos) destinados para ajustes de períodos anteriores (anônima grids, P&O e JSU) e distribuição de dividendos. III. **Na sessão**, os Acionistas aprovaram a recomendação do Conselho de Administração para realização do valor total de **RS 444.661,02** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscientos e oitenta e sete reais e vinte centavos) a título de dividendos referente ao exercício de 2023, proveniente de: a.1) **RS140.981.319,61** (cento e quarenta milhões, novecentos e oitenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) do lucro líquido de 2023; a.2) **RS200.179.736,27** (duzentos milhões, cento e setenta e nove mil, seiscientos e trinta e sete centavos) do lucro líquido de 2022; (cento e trinta e sete milhões, quinhentos mil, cento e quatorze reais e trinta e dois centavos) do lucro líquido de 2021, que foi deliberado e não pago. Os dividendos serão pagos da seguinte forma: (a) 08 (oito) parcelas de **RS 52.901.476,41** (cinquenta e dois milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos) com vencimentos em 23/04/2024, 28/05/2024, 25/06/2024, 23/07/2024, 27/08/2024, 24/09/2024, 22/10/2024, e 26/11/2024; e (b) 01 (uma) parcela no valor de **RS 21.440.358,84** (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos) com vencimento em 17/12/2024. Por fim, diante do fato do saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da LSA, ter ultrapassado um valor correspondente a 30% do capital social, os Acionistas aprovaram a recomendação do Conselho de Administração e optaram por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2023, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma lei. 5.3. **Fixação do limite de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024.** Os Acionistas aprovaram a proposta da Administração, fixando como limite máximo de remuneração dos Administradores para o exercício social de 2024 o valor de até **RS69.179.347,00** (sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, e trezentos e quarenta e sete reais), ficando o Conselho de Administração autorizado a estabelecer a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia de acordo com o estabelecido no artigo 202 do Estatuto Social. O Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, os Acionistas, neste ato, reelegeram os membros do Conselho de Administração da Companhia: **Presidente:** Raul Calfat, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.216.686-7 e inscrito no CPF/ME sob o nº 635.261.408-63, domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Vice-Presidente:** Geraldo José Carbone, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.534.837-4 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 952.589.818-00, domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Demais Conselheiros:** Adalberto Panzenbock Dellape Baptista, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 16.720.530-4 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 091.889.878-78, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Ricardo Panzer Neto, José Luiz Depieri,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.784.395-1 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 054.984.728-62, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **José Rogério Luiz,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 11.420.902-9 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 633.230-21, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Luiz Antonio dos Santos Pretti,** brasileiro, casado, engendeiro, portador da cédula de identidade RG nº 6894333-7 e inscrito no CPF/ME sob o nº 051.863.988-61, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Mauro Silveiro Figueiredo,** brasileiro, divorciado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.621.057 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 445.083.978-83, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros; **Ricardo Panzer Neto, José Luiz Depieri,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 18.454.363-0 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 285.286.318-93, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 20º andar, Alto de Pinheiros. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos tomaram posse mediante assinatura do Livro de Posse no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia e expressamente declararam não ser, nem se pensam em sê-lo, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou virtude de qualquer outro diploma, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de concorrência, contra as relações de consumo, fix pública ou a propriedade, bem como as previstas na legislação aplicável. O Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade, aprovou a presente ata em 30.04.2024, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores. E, **Encerramento:** E nada mais havendo tratar, deu o Presidente da Mesa por encerrada a Reunião, lavrando-se a presente em livro próprio, a qual, depois de lida e achada conforme, aprovada em todos os seus termos, foi assinada e rubricada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Raul Calfat, **Vice-Presidente da Mesa:** Geraldo José Carbone, **Secretários:** Francisco Luiz Malena e **Acionistas:** (i) Família Baptista: Adalberto Panzenbock Dellape Baptista, Adalberto Dellape Baptista Junior, Raphael Baptista Netto, Ricardo Panzenbock Dellape Baptista e Rodolpho Panzenbock Dellape Baptista; (ii) Família Depieri: Carlos Eduardo Depieri, José Luiz Depieri, Patrícia Depieri Parsequin, Fátima Regina Depieri, e (iii) Família Sialuus: Jonas de Campos Sialuus, Lara de Campos Sialuus e Tatiana de Campos Sialuus Zanchetta. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, São Paulo, em 08 de abril de 2024. **Secretário:** Francisco Luiz Malena. **JUCESP** nº 196.544/24-4 em 06/05/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UFV GPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

CNPJ/MF nº 43.966.201/0001-50 - NIRE 35237990121

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 13 de Maio de 2024
I. Data, Horário e Local: 13 de maio de 2024, às 9 horas, na sede social da sociedade empresária limitada Ufv GPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda., localizada na cidade de Ituverava, estado de São Paulo, na Avenida Rodovia Cardoso a Rioldândia, Km 1, s/nº, Zona Rural, CEP 15.570-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Gerardi Ferreira; Secretário: Sr. Danilo Morotti Gonçalves Barros. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 1.124.783,25 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou-se excessivo com relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: (a) a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 1.124.783,25 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), sendo a quantia restituída à sócia **GD - Geração Distribuída Participações S.A.**, à vista ou em parcelas; e (b) a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Diário da Pátria SP**, 13 de maio de 2024. **Mesa: Pedro Gerardi Ferreira** - por todos os presentes assinada. **Cargo: Diretor**; **Por: Danilo Morotti Gonçalves Barros - Cargo: Diretor.**

CSP ESPLENDOR ENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 41.367.102/0001-27 - NIRE 35.232.53203-5

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 13 de Maio de 2024
I. Data, Horário e Local: 13 de maio de 2024, às 8 horas, na sede social da sociedade empresária limitada CSP Esplendor Energia Ltda. ("Sociedade"), localizada na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo, na Via Acesso à Rodovia Cardoso a Rioldândia, Km 1, s/nº, Zona Rural, CEP 15.570-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Gerardi Ferreira; Secretário: Sr. Danilo Morotti Gonçalves Barros. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 1.315.348,42 (um milhão, trezentos e quinze mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou-se excessivo com relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: (a) a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 1.315.348,42 (um milhão, trezentos e quinze mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), sendo a quantia restituída à sócia **GD - Geração Distribuída Participações S.A.**, à vista ou em parcelas; e (b) a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Cardoso SP**, 13 de maio de 2024. **Mesa: Pedro Gerardi Ferreira** - Presidente; **Daniilo Morotti Gonçalves Barros** - Secretário. **Sócia presente: GD - Geração Distribuída Participações S.A.** Por: Pedro Gerardi Ferreira - Cargo: Diretor; Por: Danilo Morotti Gonçalves Barros - Cargo: Diretor.

KIRAN ENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 41.384.398/0001-94 - NIRE 35.232.53211-6

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 13 de Maio de 2024
I. Data, Horário e Local: 13 de maio de 2024, às 11 horas, na sede social da sociedade empresária limitada Kiran Energia Ltda. ("Sociedade"), localizada cidade de Ituverava, estado de São Paulo, na Antiga saída para Igarapava, Km 6, s/nº, Sítio São José, Zona Rural, CEP 14.500-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Gerardi Ferreira; Secretário: Sr. Danilo Morotti Gonçalves Barros. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 955.278,60 (novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou-se excessivo com relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: (a) a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 955.278,60 (novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), sendo a quantia restituída à sócia **GD - Geração Distribuída Participações S.A.**, à vista ou em parcelas; e (b) a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Cardoso SP**, 13 de maio de 2024. **Mesa: Pedro Gerardi Ferreira** - Presidente; **Daniilo Morotti Gonçalves Barros** - Secretário. **Sócia presente: GD - Geração Distribuída Participações S.A.** Por: Pedro Gerardi Ferreira - Cargo: Diretor; Por: Danilo Morotti Gonçalves Barros - Cargo: Diretor.

Igarapé Sustentabilidade S.A.

CNPJ/ME nº 28.697.524/0001-36 - NIRE 35.300.508.785

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024
às 11h00h, na sede social da ("Companhia"). **Presença:** a presença da única acionista da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. André Pires de Oliveira Dias; Secretário: Sr. Yaroslav Memrava Neto. **Deliberações:** resolver em nome da administração e as demais Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, devidamente publicadas na Central de Balanço do Sistema Público de Escrituração (SPED), uma vez que a Companhia se enquadra na disposição do artigo 294 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme inciso anterior ("Anexo 1"); (ii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício do exercício de 2024 em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 1.337,82; e (iii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2023 em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 1.337,82; e (iv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2022 em 31 de dezembro de 2022, no valor total de R\$ 1.337,82; e (v) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2021 em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 1.337,82; e (vi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2020 em 31 de dezembro de 2020, no valor total de R\$ 1.337,82; e (vii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2019 em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$ 1.337,82; e (viii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2018 em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 1.337,82; e (ix) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2017 em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 1.337,82; e (x) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2016 em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2015 em 31 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2014 em 31 de dezembro de 2014, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2013 em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xiv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2012 em 31 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2011 em 31 de dezembro de 2011, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2010 em 31 de dezembro de 2010, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xvii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2009 em 31 de dezembro de 2009, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xviii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2008 em 31 de dezembro de 2008, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xix) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2007 em 31 de dezembro de 2007, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xx) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2006 em 31 de dezembro de 2006, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2005 em 31 de dezembro de 2005, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2004 em 31 de dezembro de 2004, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2003 em 31 de dezembro de 2003, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxiv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2002 em 31 de dezembro de 2002, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2001 em 31 de dezembro de 2001, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2000 em 31 de dezembro de 2000, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxvii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1999 em 31 de dezembro de 1999, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxviii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1998 em 31 de dezembro de 1998, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxix) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1997 em 31 de dezembro de 1997, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxx) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1996 em 31 de dezembro de 1996, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1995 em 31 de dezembro de 1995, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1994 em 31 de dezembro de 1994, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1993 em 31 de dezembro de 1993, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxiv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1992 em 31 de dezembro de 1992, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1991 em 31 de dezembro de 1991, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1990 em 31 de dezembro de 1990, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxvii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1989 em 31 de dezembro de 1989, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxviii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1988 em 31 de dezembro de 1988, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xxxix) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1987 em 31 de dezembro de 1987, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xl) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1986 em 31 de dezembro de 1986, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xli) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1985 em 31 de dezembro de 1985, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1984 em 31 de dezembro de 1984, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xliiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1983 em 31 de dezembro de 1983, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xliiiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1982 em 31 de dezembro de 1982, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1981 em 31 de dezembro de 1981, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1980 em 31 de dezembro de 1980, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1979 em 31 de dezembro de 1979, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlviii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1978 em 31 de dezembro de 1978, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlviiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1977 em 31 de dezembro de 1977, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlviiii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1976 em 31 de dezembro de 1976, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlv) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1975 em 31 de dezembro de 1975, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1974 em 31 de dezembro de 1974, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1973 em 31 de dezembro de 1973, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1972 em 31 de dezembro de 1972, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1971 em 31 de dezembro de 1971, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1970 em 31 de dezembro de 1970, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1969 em 31 de dezembro de 1969, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1968 em 31 de dezembro de 1968, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1967 em 31 de dezembro de 1967, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1966 em 31 de dezembro de 1966, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1965 em 31 de dezembro de 1965, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1964 em 31 de dezembro de 1964, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1963 em 31 de dezembro de 1963, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1962 em 31 de dezembro de 1962, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1961 em 31 de dezembro de 1961, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1960 em 31 de dezembro de 1960, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1959 em 31 de dezembro de 1959, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1958 em 31 de dezembro de 1958, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1957 em 31 de dezembro de 1957, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1956 em 31 de dezembro de 1956, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1955 em 31 de dezembro de 1955, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1954 em 31 de dezembro de 1954, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1953 em 31 de dezembro de 1953, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1952 em 31 de dezembro de 1952, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1951 em 31 de dezembro de 1951, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1950 em 31 de dezembro de 1950, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1949 em 31 de dezembro de 1949, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1948 em 31 de dezembro de 1948, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1947 em 31 de dezembro de 1947, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1946 em 31 de dezembro de 1946, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1945 em 31 de dezembro de 1945, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1944 em 31 de dezembro de 1944, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1943 em 31 de dezembro de 1943, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1942 em 31 de dezembro de 1942, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1941 em 31 de dezembro de 1941, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1940 em 31 de dezembro de 1940, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1939 em 31 de dezembro de 1939, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1938 em 31 de dezembro de 1938, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1937 em 31 de dezembro de 1937, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1936 em 31 de dezembro de 1936, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1935 em 31 de dezembro de 1935, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1934 em 31 de dezembro de 1934, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1933 em 31 de dezembro de 1933, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1932 em 31 de dezembro de 1932, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1931 em 31 de dezembro de 1931, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1930 em 31 de dezembro de 1930, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1929 em 31 de dezembro de 1929, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 1928 em 31 de dezembro de 1928, no valor total de R\$ 1.337,82; e (xlvi) aprovar a

Padova Participações S.A.

CNPJ/ME nº 51.515.582/0001-80 - NIRE 35.300.619803 (Companhia)
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024
30/04/2024, às 14:00h, no endereço da sede social da ("Companhia").
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024
30/04/2024, às 14:00h, no endereço da sede social da ("Companhia").
Mesa: Presidente: Sr. André Pires de Oliveira Dias; Secretário: Sr. Yaroslav Memrava Neto.
Deliberações: Resolverem: (i) consignar que a Companhia não apurou resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, razão pela qual ficou preclusa a deliberação do item (ii) da Ordem do Dia; (La) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram devidamente publicadas na Central de Balanço do Sistema Público de Escrituração (SPED), uma vez que a Companhia se enquadra na disposição do artigo 294 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme recai anexo ("Anexo I"); e (ii) aprovar a fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$ 100.000,00, a ser rateado em comum acordo. Encerramento: nada mais. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Messa: Yaroslav Memrava Neto - Presidente; Yaroslav Memrava Neto - Secretário. Acionistas: Agepa Saneamento e Participações S.A. - André Pires de Oliveira Dias; Yaroslav Memrava Neto, Igarapé Participações S.A. - André Pires de Oliveira Dias; Yaroslav Memrava Neto. JUCESP nº 197.616/24-0 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Nascentes do Xingu Investimentos S.A.

CNPJ nº 19.190.733/0001-64 - NIRE 35.300.470.044
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 23 de Abril de 2024
Em 23/04/2024, às 17:15h, realizada por meio de videoconferência realizada na sede social da Companhia. A presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Atas de Acionistas, arquivado na sede social da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. Vamilson José Costa; Secretário: Sr. Fabiano Abujadi Puppi. Deliberações: Os acionistas da Companhia, resolveram: (i) aprovar por maioria as contas e relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas no "Diário Comercial"/SP em suas versões impressa e digital, no dia 28/03/2024; (ii) aprovar por maioria a proposta de alteração da denominação social para "Nascentes do Xingu Investimentos S.A.", inscrita no CNPJ nº 19.190.733/0001-64, e a alteração do objeto social para "exercícios comerciais e de prestação de serviços"; (iii) aprovar por maioria a fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$ 100.000,00, a ser rateado em comum acordo. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar por unanimidade, com protesto a vigência do NX Saneamento, a inclusão do parágrafo único nos artigos 3º e 19º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar a partir da seguinte redação: "Art. 3º - (...) Parágrafo Único - O exercício das atividades relacionadas ao objeto social deverá consistir: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas, e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos seus colaboradores, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, bem como em relação às comunidades em que atuem local e globalmente." "Art. 19 - (...) Parágrafo Único - Os administradores, no exercício de suas funções, deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo dos acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros, consumidores e demais credores, e das comunidades em que a Companhia e suas subsidiárias atuem local e globalmente, bem como os impactos ao meio ambiente." (ii) aprovar por unanimidade e sem ressalvas a consolidação do estatuto social da Companhia, que compõe a presente ata na forma do Anexo I. Proposta da NX Saneamento: pela NX Saneamento foi requerida a propositura de Ato de Responsabilidade perante os administradores da Companhia, requerimento este que foi rejeitado pela maioria dos acionistas. Esclarecimentos Gerais: com relação aos itens da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a acionista NX Saneamento S.A. manifestou-se contrariamente, conforme voto apresentado que ficará arquivado na sede da Companhia. A acionista Agepa Saneamento e Participações S.A., manifestou-se favoravelmente aos referidos itens, conforme voto apresentado que ficará arquivado na sede da Companhia. Encerramento: nada mais. Assinaturas: mesa - Vamilson José Costa (Presidente) e Fabiano Abujadi Puppi (Secretário); acionistas - Agepa Saneamento e Participações S.A. (por Ana Carolina Rocha) e NX Saneamento S.A. (por Ana Carolina Rocha). Certificados que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 23/04/2024. Mesa: Vamilson José Costa - Presidente. Fabiano Abujadi Puppi - Secretário. JUCESP nº 198.803/24-2 em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sonda Supermercados

Exportação e Importação S.A.

CNPJ/MF nº 01.937.635/0001-82 - NIRE 35.300.377.036
Ata de Reunião para Deliberação nos Termos dos Artigos 1.071 e 1.072, da Lei nº 6.404, de 10 de Janeiro de 2002 Realizada em 11 de Abril de 2024.
Em 11 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A., localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Freguesia do Ó, na Avenida Itaberaba nº 1.853/1.863 ("Companhia"). 2. Convocação e Presenças: Face à presença da totalidade dos Acionistas da Companhia, devidamente indicados na lista de presença de Acionistas (Anexo I a presente Ata). Foram dispensadas as formalidades de convocação, em consonância com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Dêlcir Sonda e secretariados pela Sr. Irani Carmen Gallas Sonda. 4. Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio aos Acionistas, nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, quanto ao período de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. 5. Deliberações: Os Acionistas deliberaram, nos termos do inciso IV, do artigo 1.071 do Código Civil de 2002 e da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, aprovar: (i) Os Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) serão pagos aos Acionistas na proporção de suas ações, quanto ao período de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023, sendo este atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, podendo o pagamento ocorrer em forma parcial ou total, a partir de 28 de março de 2024. 6. Encerramento: Tendo em vista que nada mais foi tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, e por todos assinada. Acionistas Presentes: Dêlcir Sonda, Irani Carmen Gallas Sonda, Igor Sonda, Cláudio Erik Sonda e G5 Sonda Fundo de Investimento em Participações. São Paulo, 11 de Abril de 2024. Presidente de Mesa - Dêlcir Sonda; Secretária de Mesa - Irani Carmen Gallas Sonda. JUCESP nº 198.097/24-4 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

A.LIFE PARTNERS S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CNPJ nº 43.513.215/0001-19 - NIRE nº 35300576918
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 23 de maio de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Augusta, 3000, 1º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01412-100, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021; (iii) Ratificar a distribuição de dividendos referentes aos exercícios anteriores; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (iv) Outros assuntos de interesse da sociedade. A documentação relativa às matérias da ordem do dia está à disposição para exame pelo Sr. Acionistas na sede da Companhia.
São Paulo, 15 de maio de 2024
ALESSANDRO VITALI DE AVILLA - Presidente do Conselho de Administração

OncoClínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.

CNPJ/Aberta - CVM nº 2612-3 - CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02 - NIRE: 35300493699
ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024
No dia 17 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, em canal disponibilizado aos membros da Diretoria da ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 510, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 05443-906. 2. Convocação e Presença. Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. 3. Composição da Mesa. Presidente: Sr. Bruno Lemos Ferrari; Secretária: Sra. Cynthia Maria Ambrogio. 4. Ordem do Dia. Examinar, discutir e votar sobre a abertura de 1 (uma) filial da Companhia. 5. Deliberação. O membro da Diretoria, Sr. Bruno Lemos Ferrari, apresentou a seguinte proposta: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, a abertura de 1 (uma) filial da Companhia, estabelecida na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Avenida João César de Oliveira, n° 5757, Lota 12, Térreo, Bairro Beatriz, CEP: 32.040-000, que terá como objeto social as atividades e serviços de: (i) serviços de hemoterapia; (ii) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; (iii) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; (iv) laboratórios clínicos; (v) serviços de quimioterapia; e (vi) serviços de bancos de células e tecidos humanos. 6. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Bruno Lemos Ferrari - Presidente; Cynthia Maria Ambrogio - Secretária. Membros da Diretoria Presentes: Bruno Lemos Ferrari, Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, Cristiano Afonso Ferreira de Camargo, André Paranzini Faria, Carlos Gil Moreira Ferreira, Cynthia Maria Ambrogio, Eduardo Cesar Alves, Giovanni Reus Nichele da Costa, Guilherme Gimenes Ferri, Marcos Roberto Moura da Cunha, Ricardo da Silva Santoro. Certifico a presente ser cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia. Cynthia Maria Ambrogio - Secretária. JUCESP Certifico e registro sob nº 199.338/24-6 em 10/05/2024. Protocolo: 0.678.536/24-3. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Equipafx do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.577.445/0001-64 - NIRE 35.300.598.041
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 17 de Junho de 2024
Ficam os senhores acionistas da Equipafx do Brasil S.A. ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no endereço de convocação às 15 horas (ET - 16 horas, horário de Brasília) do dia 17 de junho de 2024, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, a fim de: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e o respectivo relatório do auditor independente e (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (c) fixar a remuneração dos administradores da Companhia. Para fins do artigo 133 da Lei 6.404/76, a Companhia informa aos acionistas que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados no Diário Comercial, em atendimento ao disposto no parágrafo 5º do artigo 133 da Lei 6.404/76. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão solicitar seu cadastramento junto à Companhia preferencialmente até às 17 horas (ET - 18 horas, horário de Brasília) do dia 14 de junho de 2024, por meio do endereço eletrônico corporate@mundie.com.br ("Cadastramento"). A solicitação do Cadastramento deverá conter a identificação do acionista, inclusive nome e endereço completos e, (i) se pessoa física, cópia de documento hábil de identificação, número do CPF, número de telefone e endereço de e-mail; ou (ii) se pessoa jurídica, cópia de documento hábil de identificação, número do CNPJ, nome do representante e endereço de e-mail, bem como, com respeito ao(s) representante(s) legal(is), a data de sua eleição (se a nomeação não constar do estatuto/contrato social) e a respectiva documentação e informações exigidas dos acionistas pessoas físicas. Caso o acionista pretenda ser representado por procurador na Assembleia, a solicitação do Cadastramento deverá, outrossim, conter a procuração, devidamente regularizada na forma da lei, bem como cópia de documento hábil de identificação, número do CPF, número de telefone e endereço de e-mail do procurador. Conforme o art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, a nomeação deverá ter sido autorizada até o primeiro dia da Assembleia e o procurador deverá ser acionista da Companhia, administrador da Companhia ou advogado. Após a confirmação, pela Companhia, mediante o cadastramento, da qualidade de acionista e da regularidade dos documentos apresentados, o acionista receberá o link para participação e exercício do direito de voto na Assembleia por meio da plataforma Teams. 8 de maio de 2024
Mark Begor - Presidente do Conselho de Administração

Pilot Pen do Brasil S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF 61.203.931/0001-81 - NIRE 35300056931
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 26 de Abril de 2024
Data, Horário e Local: Aos 26 dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua do Paraíso, nº 148 - 8º andar, Paraíso. **Presença:** Os Acionistas representados pelo Livro de Atas de Acionistas, conforme se vê na cópia das atas assinaturas lavradas no Livro de Registro do Presidente de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Hiroyuki Gozono; Secretário: Sr. Takashi Ohno. **Convocação:** Dispensada nos termos do parágrafo quarto do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** (i) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre os resultados do exercício de 2023; (c) Deliberar sobre pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas; (d) Eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato, assim como fixação da respectiva remuneração dos mesmos; e, e) Outros assuntos de interesse do Sociedade. **Deliberações:** Os Acionistas deliberaram os seguintes pontos: (i) Aprovar o balanço constante da Ordem do Dia, por unanimidade de votos; (ii) Aprovar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo que tais documentos foram publicados na Folha de São Paulo em 19 de abril de 2024; (b) Quanto à destinação do resultado do exercício: (i) Aprovar a transferência total do saldo do Lucro Líquido do exercício de 2023, no valor de R\$ 31.297.319,06 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e sete mil e trezentos e dezessete reais e seis centavos), para a conta de Reserva para Investimentos; (b) Pela não distribuição de dividendos obrigatórios, inclusive o mínimo obrigatório, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social da Sociedade, em seu parágrafo único, item "c" do artigo 16º, em razão de já ter sido distribuída e paga a importância bruta de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), a título de juros sobre capital próprio, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de Novembro de 2023; (c) Ficam eleitos para o mandato de 1 (um) ano, ou seja, até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no mês de Abril de 2025 os Diretores: Diretor Presidente: Sr. Hiroyuki Gozono, japonês, casado, industrial, portador do RNM nº F3721712 e CPF/MF nº 900.020.150-17; e Diretor: Sr. Takashi Ohno, japonês, casado, industrial, portador do RNM nº F809805X e CPF/MF nº 118.884.131-90, todos com residência em Curitiba, no Estado de São Paulo, na Rua do Paraíso, nº 148 - 8º andar, Paraíso, CEP 04103.000; e Os Diretores eleitos na presente Assembleia declaram que não estão incurridos em nenhum dos crimes previstos em Lei, que impeçam de exercerem atividades mercantis; (c) Os Diretores eleitos ficam desde já empossados em seus respectivos cargos de acordo com as assinaturas do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria; e (c) Os honorários da Diretoria foram fixados em conformidade com documento devidamente assinado pelos Acionistas. **Encerramento:** Os Diretores eleitos agradeceram a participação e contribuição do Deliberadores, decidiram os Acionistas, após discussão, o voto de sua maioria, principalmente em sua gestão por longo lapso de tempo como Diretor. Oferecida à palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que reaberta a sessão, foi lida, conferida, aprovada e assinada por todos. Presidente da Mesa - Sr. Hiroyuki Gozono e Secretário da Mesa - Sr. Takashi Ohno. Acionistas: Pilot Corporation - Pp. Sr. Hiroyuki Gozono e Sr. Hiroyuki Gozono. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro corporativo. São Paulo-SP, 26 de abril de 2024. Presidente da Mesa: Hiroyuki Gozono; Secretário: Takashi Ohno. Acionistas: Pilot Corporation. Pp. Sr. Hiroyuki Gozono; Sr. Hiroyuki Gozono; Diretor: Sr. Hiroyuki Gozono; Sr. Takashi Ohno. JUCESP nº 200.058/24-1 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BANCO DIGIMAIS S.A.

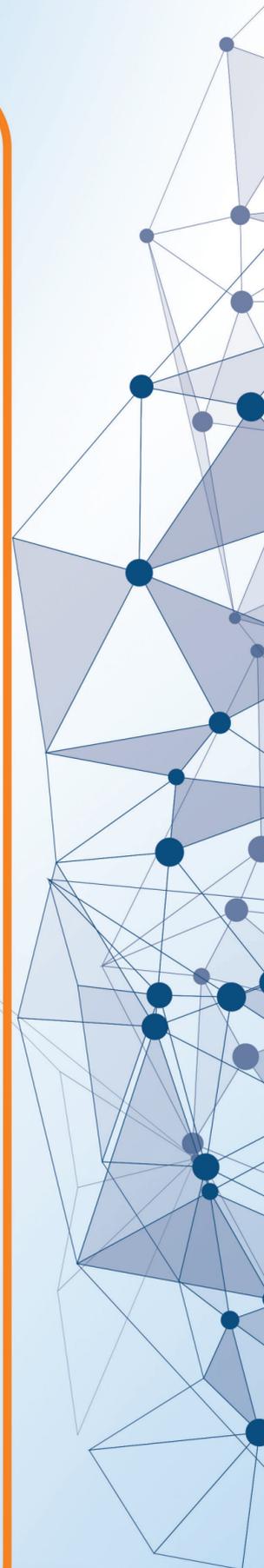
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

CNPJ/MF nº 92.874.270/0001-40 - NIRE 35.300.561.619
Data, hora, local: 29.04.2024, às 9hs, na sede, Rua Elvira Ferraz, nº 250, conjunto 1.102, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: João Luiz Urbaneja, Secretário: João Alves dos Campos. **Deliberações aprovadas:** 1. Mudança do endereço da sede social para: Rua Cubatão, nº 320 - 4º andar - Bairro Paraíso - Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP 04.013-001. 2. Alteração do Artigo 2º do Estatuto Social. "Art. 2º - A Companhia tem sua sede, foro e administração na Rua Cubatão, nº 320 - 4º andar - Bairro Paraíso - Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP 04.013-001, podendo, por deliberação da Diretoria, abric, transferir ou encerrar filiais em qualquer parte do território nacional. 3. Consolidação do Estatuto Social. Encerramento: Nada mais. São Paulo, São Paulo/SP, 29.04.2024. Acionistas: Digimais Participações S/A por João Luiz Urbaneja, Thiago Rodrigues Urbaneja e João Luiz Urbaneja. JUCESP nº 198.53824-8 em 09.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.
Anexo I - Estatuto Social Consolidado. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º. Banco Digimais S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira privada, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares vigentes. Art. 2º - A Companhia tem sua sede, foro e administração na Rua Cubatão, nº 320 - 4º andar - Bairro Paraíso - Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP 04.013-001, podendo, por deliberação da Diretoria, abric, transferir ou encerrar filiais em qualquer parte do território nacional. Art. 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Art. 4º. A Companhia tem como objeto social a prática de operações bancárias em geral, bem como a participação no capital de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Capítulo II - Do Capital e das Ações. Art. 5º. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é R\$ 790.000.000, dividido em 7.263.823 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. § 1º. Em ocorrência de aumento de capital, mediante capitalização de "Lucros" ou de "Reservas", não haverá alteração do número de ações. § 2º. O capital social será totalmente integralizado até 22 de dezembro de 2024. § 3º. A Companhia poderá adquirir as próprias ações ou certificados de depósito de ações, conforme aplicável, mediante autorização do Conselho de Administração, com o objetivo de mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, com observância das disposições e regulamentos em vigor. Art. 6º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 1º. A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem. § 2º. Fica fixado o prazo máximo de 60 dias para distribuição das ações provenientes de aumento de capital, contado da data de publicação da respectiva Ata da Assembleia Geral e o homologar. Capítulo III - Dos Órgãos da Companhia. Art. 7º. São órgãos da Companhia: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Seção I - Da Assembleia Geral. Art. 8º. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem, observando as prescrições legais que disciplinam a matéria. § 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante publicação, devendo a primeira publicação ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência, e em caso de segunda convocação, a primeira publicação do anúncio deverá ser realizada com, no mínimo, 5 dias de antecedência. § 2º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar por escrito, que escolherá uma pessoa dentre os presentes para secretariar os trabalhos. § 3º. Reservadas as exceções previstas em Lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Art. 9º. Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei e por este Estatuto Social: I. deliberação sobre a alienação de ações de emissão da Companhia, bem como sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros que recaiam sobre as ações de emissão da Companhia; e II. deliberação sobre o cancelamento ou permanência de ações da Companhia em tesouraria e sua respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes. Seção II - Do Conselho de Administração. Art. 10º. O Conselho de Administração é composto de 5 a 7 membros efetivos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos membros eleitos. § 1º. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos escolhidos pela Assembleia Geral, por ocasião da eleição dos membros do Conselho de Administração. § 2º. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria, sendo integrados por pessoas designadas pelo Conselho de Administração, dentre os membros da administração e/ou pessoas físicas, direta ou indiretamente, à Companhia. § 3º. As regras sobre a composição, funcionamento e competência de eventual comitê de assessoramento que venha a ser criado pelo Conselho de Administração serão definidas no ato próprio de criação desses comitês e/ou nas deliberações dos comitês que se seguirem à sua criação. § 4º. Os membros dos comitês de assessoramento que também forem integrantes de outros comitês de assessoramento, empregados da Companhia, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração, não receberão remuneração adicional. Art. 11º. Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura de termo de posse no livro próprio e homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), e permanecerão em seus cargos até que seus sucessores assumam. O termo de posse deve ser assinado nos 30 dias seguintes à aprovação da eleição pelo BACEN, salvo justificativa aceita pelo Conselho de Administração, sob pena de tornar-se sem efeito a eleição. § 1º. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente ou por outro membro do Conselho de Administração que designar por escrito, o qual exercerá todas as funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído, inclusive o direito de voto, exceto quando relativo ao voto de desempate do Presidente do Conselho de Administração. § 2º. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão assumidas interinamente pelo suplente indicado pelo próprio Presidente. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 3º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente e na ausência deste, por quem, dentre os demais membros do conselho de administração, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração vier a designar. § 4º. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Vice-Presidente, o Conselho de Administração nomeará o membro substituído, que servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de vacância, renúncia ou impedimento permanente do Presidente, a presidência será assumida interinamente pelo Vice-Presidente, devendo a Assembleia Geral ser convocada para deliberar sobre o novo Presidente. Na ausência ou impedimento permanente do Presidente e do Vice-Presidente, um substituto será designado na forma do § 1º acima, cabendo a qualquer conselheiro convocar e presidir a Assembleia Geral para eleger o conselheiro substituído e os novos Presidentes e Vice-Presidentes do Conselho de Administração. Na falta tanto do suplente como de designação escrita, a presid

Formulário de Referência

Input de dados no sistema
Empresas.NET

Upload das informações
na plataforma CVM



www.luzcm.com



CAPITAL MARKETS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DE5D-B8F3-D7AA-08EE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DE5D-B8F3-D7AA-08EE



Hash do Documento

0C8D4B170B13D488839131058D5B4B90F856740FC8375D149C05D84F874FA79D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/05/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 15/05/2024 20:23
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

